



Programa de Assessoria à Pastoral (Pp)

NA VOZ DAS MULHERES

Jane Falconi Ferreira Vaz

Rosa Marga Rothe

Nancy Cardoso Pereira

Lori Altmann

Rosângela Soares de Oliveira

Tania Mara Vieira Sampaio

Elsa Tamez

Genilma Boehler

Mosaicos da **B**íblia

APRESENTAÇÃO

Quantas vezes caladas. Tantas outras à sombra. Mas, sem água fresca.

Foram muitas lutas. Conflitos. Discriminações.

Foram anos de caminhada. Mas, todos esses não se deram em vão.

E estamos aí, com força, vontade e esperança.

Crendo e fazendo a nossa utopia.

Assim pensando, juntamos estes vários textos que trazemos aqui, neste "Mosaicos da Bíblia - Número 3".

Desejamos que a leitura e reflexão que se fizerem, sejam o eco de nossas vozes. E que por esse eco, outras vozes se levantem, para enriquecer ainda mais nossa caminhada e a produção bíblica latino-americana.

Boa leitura!

Jane Falconi Ferreira Vaz
Programa de Assessoria à Pastoral
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

"Mosaicos da Bíblia" reúne textos do campo bíblico que circulam entre colaboradores e participantes da produção de conhecimentos do Programa de Assessoria à Pastoral.

Todos os textos poderão ser reproduzidos ou utilizados em outras publicações, desde que sejam creditados: o(a) autor(a), o Programa de Assessoria à Pastoral e o CEDI.

Edição e Revisão: Milton Schwantes
Paulo Roberto Garcia
Jane Falconi F. Vaz

Digitação: Denise Gomide

Capa: Marta Cerqueira L. Guerra

ÍNDICE

Apresentação

Jane Falconi Ferreira Vaz

A mulher diante da vida, do falso e da falácia

Rosa Marga Rothe

Na resistência das parteiras

Nancy Cardoso Pereira

Êxodo - A força simbólica das mulheres

Lori Altmann

Não havia rei em Israel

Nancy Cardoso Pereira

O julgamento que vem dos destroços

Rosângela Soares de Oliveira

Rute e Noemi - Coragem em tempos de crise

Tânia Mara Vieira Sampaio

A crise do refugiado - reflexão sobre o Salmo 137

Elsa Tamez

Ecologia - Cuidar da própria casa

Lori Altmann

Educação ... Caminho inacabado

Jane Falconi Ferreira Vaz

A Bíblia e os Direitos Humanos

Genilma Boehler

Justiça e justificação - A dívida externa na América Latina

Elsa Tamez

A MULHER DIANTE DA VIDA, DO FALO E DA FALÊNCIA

Rosa Marga Rothe

Na estrutura social constituída sobre os alicerces do patriarcado, a mulher ficou fora das decisões políticas, econômicas, sociais e religiosas. O homem usurpou o poder e decide sobre a vida e a morte. O resultado do patriarcado é a exclusão das mulheres e de outros seres humanos, considerados inferiores.

O homem criou também um Deus patriarca, à imagem de sua própria visão do mundo. Um mundo que está organizado pelos líderes "machos" que dominam e submetem os liderados. Seja pela violência bruta ou pela força ideológico-religiosa, a massa humana vai sendo adestrada e moldada às formas que convêm aos detentores do poder. Assim, os padrões de comportamento prescritos, serão reproduzidos também no meio dos dominados e das dominadas.

Da mulher são exigidas todas as tarefas relacionadas com a reprodução. Ela concebe, gesta e pare. O fruto de seu ventre já nasce com um destino determinado, pois os senhores patriarcais pretendem representar na terra, um grande patriarca sentado no trono do céu.

A consequência dessa lógica patriarcal é a seguinte:

- a) Tudo foi criado por Deus e entregue ao homem, para dominar e subjugar.
- b) Se o homem é o representante desse Deus, então ele está autorizado a tomar posse, ser o dono de toda a criação, que inclui a mulher reproduutora, passiva e serviçal.
- c) Sendo essa ordem divina, então há de se criar instituições que zelem por ela.
- d) Logo, as instituições são divinas e o que é divino é sagrado e não pode ser questionado.

Assim concebido o Estado, constituído por homens, é a instituição que zela pela ordem econômica e social. A Igreja, também composta de homens, deve zelar pela ordem moral. Ambas as instituições regem-se pela concepção do macho, supostamente selecionado por uma vontade divina. Alguns machos ocupam o vértice de ambas as pirâmides e de lá editam as normas seguidas pelos demais. Essa pirâmide se reproduz em todas as instâncias até mesmo dentro da família, onde o homem acredita ser o proprietário da mulher.

Essa propriedade, entretanto, só é mantida enquanto lucrativa, quando o ônus se torna muito pesado, então há sempre uma possibilidade para desfazer-se dela.

Assim sendo, o potencial reprodutivo da mulher pode ser aumentado, diminuído ou aniquilado, de acordo com os interesses masculinos.

Vamos ver alguns exemplos:

1) O homem abandona a mulher com os filhos e sai em busca de outra relação, menos onerosa.

2) A empresa só admite mulheres com atestado de laqueadura para fugir dos custos com a maternidade.

3) A igreja, que se considera proprietária dos corpos, das consciências e das almas (visão helenista do ser humano) estabelece vários critérios, dividindo seus fiéis em categorias.

3.1. Os celibatários que não devem exercer atividade sexual e, portanto, não procriar.

3.2. Os casados devem organizar sua vida sexual de acordo com as normas de sua instituição religiosa. Casamento é para procriar. A mulher que casa, aceita ser propriedade do marido.

A procriação, ou a resistência a ela, deve acontecer dentro dos limites estabelecidos. A transgressão dessas normas estabelecidas, são punidas com castigos temporais ou eternos.

O que podem fazer as mulheres necessitadas de empregos condicionadas a usar esterilização, que é proibitiva por suas igrejas? Terão elas opção de escolher entre entrar ou não no céu se a vida lhe é negada na terra?

Ela é desassistida familiar e socialmente, consequência de alguns raros momentos de afeto, que freqüentemente resultam numa gravidez. A sociedade, porém, está fechada para ela, como mulher sem proprietário. O fruto do seu ventre será doado, vendido, marginalizado, prostituído, morto para transplante de órgãos ou cosméticos... O aborto é crime conforme as leis do Estado. O aborto é pecado, conforme as leis das igrejas. Ela é culpada: culpada por ser mulher-mulher sem proprietário. Mulher que cedeu ao impulso natural, desrespeitando os limites impostos pelo patriarcado.

De quem é realmente o pecado? Quem são os criminosos?

Vamos nos deter um pouco em algumas personagens bíblicas.

Gen.12.10-20 - *Sara*: é a mulher adaptada ao padrão patriarcal. Objeto passivo para proporcionar prazer ao Faraó e riquezas ao seu dono, Abraão. Teria ela recorrido a métodos contraceptivos ou abortivos? Depois não conseguia conceber (Gen.20-17).

Gen.16.1-16/Gen.27.9-20 - *Hagar*: escrava de Sara, é entregue ao dono desta para conceber, gestar e parir (é o único poder que ela tem). O fruto do seu ventre estará destinado a ser o futuro patriarca, herdeiro. O poder social-econômico-político-religioso do clã estaria assegurado para Ismael.

Gen.18.1-15 - Entretanto, Sara consegue engravidar, Ismael e sua mãe agora terão que ser descartados, porque são desnecessários e onerosos.

Sara é uma das mulheres mais citadas da Bíblia, inclusive como exemplo de "santidade" e "obediência", conforme 1o. Pedro 3.6. Ela é a mulher-padrão do patriarcado, pois serve passiva, como esposa, concubina e administradora do lar. Seu papel é o da reprodução ideológica. A ex-concubina, agora senhora, depois de capacitada para procriar, torna-se inimiga da outra. O que está em jogo é a herança patriarcal. Todas as mulheres são destinadas ao serviço do patriarcado, e este estabelece as normas, inclusive as de ordem moral.

Resistência feminina

Ex.1,15-22 - Sifrá e Puá são duas personagens, sem as quais o Éxodo não poderia ter sido gestado. Elas, parteiras das mulheres hebreias são mencionadas pelo nome, enquanto do patriarca, detentor do poder econômico, social, político e religioso, só é mencionado o título.

As duas parteiras desobedecem a ordem e transgridem as normas, sabendo que isto poderá custar-lhes a vida. O que está em jogo aqui é a vida dos meninos, do sexo masculino, de um grupo social escravizado.

Em todos os grupos sociais onde não se acumulam excedentes, as mulheres têm participação ativa, também nas decisões. Os homens dividem com as mulheres os encargos de criar e educar as novas gerações. Os nascimentos são planejados pelo coletivo, de acordo com as condições que o meio oferece. O meio social e político envolvente era hostil e desfavorável; entretanto, dentro da estrutura piramidal, as mulheres preparam o futuro. A desobediência camouflada é uma atitude corajosa de resistência ativa. Sifrá e Puá podem ter êxito se contarem com o respaldo da organização subversiva de companheiros e companheiras, da mesma classe social. Não há liberação sem povo e povo é gente organizada que luta pela vida, contra as forças comprometidas com a morte.

O Estado é um dos instrumentos inventados pelos homens que conseguiram acumular bens. Instrumento perverso de acumulação, sujeição e exclusão. Não há lugar para a mulher como sujeito histórico; o resultado disso é o desequilíbrio em todas as relações do homem consigo mesmo, com a natureza, com o outro homem, com a mulher e com Deus, criador da vida. A hipocrisia e a prostituição permeiam todas as relações e a justiça não existe.

Assim como Sara, o Estado está a serviço do patriarcado, enquanto Abraão tem muita semelhança com a instituição igreja, isto é, representa o próprio patriarcado. Serviço à vida (vida em abundância para todos) é a igreja movimento, inaugurada por Jesus. Essa igreja tem as características de uma sociedade matricêntrica, onde o bem-estar comum é o mais importante.

Gen.22.1-12 - Abraão fez teologia quando desistiu de sacrificar seu filho Isaque. Nesse momento, ele rompe com o culto idolátrico da religião cananéia. Abraão foi compelido pelo clamor da vítima inocente. Poder patriarcal e serviço à vida são duas coisas totalmente incontíveis.

Os cristãos se dizem descendentes de Abraão pela característica de sua fé em Deus. Lançar-se rumo ao novo, prometido por Deus (terra e grande descendência), contra todas as probabilidades existentes, é de fato o risco do espírito evangélico. Buscar a utopia, construir a história, ser agente de transformação.

Se o grão não morrer na terra não haverá alimento, nem vida. Antes disso, porém, o grão deverá ter recebido a força reprodutora do feminino e do masculino. Mas a terra, em todas as culturas, é feminina e continua sendo, apesar de ferida e desnudada pelo macho estuprador.

As mulheres estão cansadas de arcarem sozinhas com os encargos relacionados à procriação da espécie humana.

Nós mulheres não queremos mais assumir os crimes e os pecados sociais; nem queremos ditadores; queremos companheiros. Não queremos ser coitadas física, moral e psicologicamente. Temos capacidade para amar, escolher e decidir.

Nosso símbolo não é o falo! Nosso destino não é a falência!

Feminino é o círculo (terra, útero, seio, prazer e alimento), testemunha da cruz (amor, paixão e dor) que traz vida nova e ressurreição, para todos e todas.

Rosa Marga Rothe - Pastora da IECLB/Belém - Presidente da SPDDH - Coordenadora do Núcleo Ecumênico da UNIPOP (Universidade Popular).

NA RESISTÊNCIA DAS PARTEIRAS

Nancy Cardoso Pereira

São tantas as mulheres e crianças na Bíblia. São tantas e sempre tão doloridas e esperançosas...

Como não ouvir por todo o texto sagrado o gemido de dor e prazer das grávidas e das estéreis, virgens e viúvas, amadas e desprezadas, esposas e prostitutas, trabalhadoras e profetizas, jovens e velhas, livres e escravizadas, adúleras e apaixonadas, desejadas e esquartejadas?

Como não ouvir por todo o texto sagrado a risada e o choro dos meninos e meninas, crianças esperadas e desesperadas, famintas e alimentadas, doentes e ressuscitadas, herdeiras e escravizadas, protegidas e sacrificadas, desprezadas e abençoadas?

Como não ouvir a incontável voz das que não eram contadas?

Como tem sido possível durante tanto tempo de pesquisa e reflexão manter em silêncio as falas sobre Deus e a vida de mulheres e crianças?

Como foi possível fazer calar a memória das mulheres e dos pequeninos tão sofridos e sofregamente agarrados aos textos bíblicos?

Como foi possível gerar métodos e procedimentos que fizeram da Bíblia a imagem e semelhança do domínio masculino?

Como foi possível homogeneizar vozes... vozerios... numa voz única, científica e dogmática? Como foi possível incorporar no método de estudo a artimanha hermenêutica exclusivista dos '5 mil homens fora mulheres e crianças'?

É que a Bíblia foi roubada do povo, das comunidades.

Prisioneira nos púlpitos e nas faculdades de teologia, a Bíblia foi transformada num monólogo entre Deus e o homem: o pai, o senhor, o rei, o sacerdote, o guerreiro, o velho. E, por osmose, os atributos de quem lia e controlava a reflexão acabaram sendo incorporados à compreensão de Deus, que passou a ser exclusivamente homem: Pai, Senhor, Rei, Senhor dos Exércitos, Juiz e... Velho! Longe e distante. Abstrato e generalizado demais para habitar entre nós.

É na leitura comunitária que os pobres vêm fazendo da Bíblia, a partir de sua realidade, de suas condições de vida e luta, que exigências novas vêm se colocando para a leitura e interpretação da Bíblia.

Libertadas dos púlpitos e das faculdades de teologia, as muitas vozes dos textos bíblicos pedem para ser ouvidas e se atualizam na vida e na militância das muitas vozes das comunidades, das periferias.

Quem tem ouvidos para ouvir? Quem tem olhos para ver?

Já não basta afirmar o pobre como raiz da dinâmica de interpretação. É preciso datar e sexuar a voz que se ergue e fala de Deus. Porque não se trata mais de uma especulação ou teoria... mas de uma reflexão que se ergue a partir do corpo e suas materialidades e relações.

Quero propor algumas aproximações. Trabalhar com contrastes e limites. Confrontar começos e fins, totalidades e singularidades, êxodos e evangelhos, faraós e governadores, úteros e espadas, serpentes e dragões!

Gosto de pensar nestes confrontos como dinâmicas que mantêm a tensão e o movimento de todo o texto bíblico, de capa a capa: Gênesis e Apocalipse.

Na "história dos começos", o texto nos apresenta a mulher grávida, multiplicada de dores. Aqui a maternidade, violentada, passa a ser castigo. Rompida a solidariedade do Jardim entre Deus-homem-mulher-natureza, as estruturas de pecado se estabelecem tornando o trabalho reprodutivo um sofrimento; fazendo do trabalho produtivo na terra uma fadiga (Gn 3,1-19). Igualados nas dores do trabalho, mas hierarquizados na distribuição do poder: o pecado privilegia o homem e estabelece o seu governo sobre a mulher.

A narrativa de Gênesis 3 abre a reflexão: o que experimentamos hoje como organização da vida e das relações não é imutável, não é definitivo. Não precisa ser assim. E nas narrativas e poemas o desejo governado e dominado da mulher vai tecer suas resistências e propor alternativas. Súplicas e lamentos. Dores de parto.

Na "história dos começos do fim" - o Apocalipse - a Bíblia nos convida de novo ao confronto com a mulher. A mulher está grávida e enfrenta o dragão, grita com as dores de parto, grávida de injustiça e de um novo céu e uma nova terra. Aqui a maternidade re-significada é libertação (Ap 12,1-6)!

O texto bíblico insiste no tema. O texto insiste em dirigir nossos olhos para o útero da mulher. De novo a tensão entre poderes e relações. A imagem da mulher não encobre nem tenta englobar também a do menino. As dores da mulher, sua resistência apocalíptica, são dores de deixar viver menino. Mulher e criança são reserva de sentido, alternativa de organização contra o dragão-Império.

A mulher tem seu filho sob perseguição e foge para o deserto. Mulher e deserto. Mulher e terra. Perseguida, a mulher é engolida pela terra, que a esconde e protege. Aqui, a terra não é mais causadora da fadiga e do sofrimento. Cúmplice da mulher, a terra é também lugar de gestação e resistência.

Tempo de espera... tudo está em aberto. A mudança é possível. Aguarda-se o reinado do menino "que há de reger todas as nações..." (Ap 1,5).

A mesma tensão e confronto se encontram nas margens internas do texto bíblico, nos limites fundantes: Exodo e Evangelho. As narrativas do Exodo não se contentam em descrever a situação geral do povo, mas descrevem com detalhes o trabalho explorado nas construções e no campo, as humilhações e os castigos. Mas é preciso ser mais exato. A dominação do Império não se dá somente em relação ao trabalho produtivo de homens e mulheres. O Faraó vai se preocupar em especial em vencer mulheres e crianças.

O texto das parteiras aglutina em torno de si informações precisas sobre a situação da mulher e da criança. O Império teme o útero das mulheres porque precisa ações que restrinjam e controlem as utopias e alternativas libertadoras.

O Estado se pressupõe dono do trabalho, dono do corpo que trabalha e dono dos processos de trabalho e corpo.

Na resistência das parteiras o Estado não encontram somente um obstáculo. Mais do que questionar uma ordem, a resistência dessas mulheres coloca em suspenso todas as pressuposições do Estado usurpador.

A resistência das mulheres do povo é surpreendente: escondidas e vigorosas elas não permitem o domínio do Império sobre seu desejo, nem o governo sobre seus corpos.

O rei teme a barriga grávida da mulher do povo porque é lugar de gestação de libertadores. O rei precisa violentar mulheres e crianças para que alternativas não insistam em nascer.

É um temor parecido com o de Herodes.

O evangelista Mateus faz questão de aproximar Êxodo dos dias do rei Herodes. Mesmo que não seja possível confirmar historicamente o assassinato sistemático de meninos promovido pelo governador da Judéia, o importante é perceber a aproximação cuidadosa feita pela narrativa de Mateus (Mt 2,16-18)

Falando de seu tempo, Mateus evoca a situação de exploração e submissão do povo do Egito sob domínio do Faraó. E, para ser mais concreto, relata a violência do Estado contra mulheres e crianças.

Herodes teme cada menino porque cada um deles pode ser o Messias. Herodes teme na barriga das mulheres a memória revolucionária do povo que espera e espera o Messias. Herodes teme os meninos porque eles são portadores de palavra profética, de utopia libertadora (Is 9,6). Herodes teme o que pode vir do útero das mulheres da Judéia: é preciso impedir que aquela estrela teimosa insista em riscar os céus da periferia anunciando na maternidade da mulher e no choro da criança a presença definitiva, solidária e justiciera de Deus entre nós. Para o Estado, é preciso que Deus esteja longe ou totalmente identificado na figura masculina que detém o poder. É, de novo, a luta da serpente e do dragão contra a mulher e a criança.

Mateus vai narrar o choro das mulheres pelos filhos assassinados. Recupera o choro de Raquel (Jr 31,15): choro sentido e sem consolo da desgraça que significou o Império em Israel. É a memória do lamento das mulheres falando de Deus e denunciando os poderes em forma de oração.

Esta solidariedade sofrida e esperançosa percorre toda a Bíblia: Deus-mulher-criança. Porque são elas que ficaram de fora, submetidas e governadas nas estruturas e relações do domínio masculino.

Exodos e evangelhos!

Gênesis e apocalipses!

Faraós e governadores!

Serpentes e dragões!

Naqueles dias, quando o Verbo se fez Corpo e engravidou a história enquanto os homens se trancavam nas sinagogas e no templo, no Sinédrio e nos palácios; enquanto os homens se trancavam na Lei e na tradição; se esbarravam nas interpretações e nos costumes excluídas de todos os lugares oficiais de poder e discriminadas na lei e na tradição, Isabel e Maria se encontravam. As duas, grávidas de Deus.

Só elas poderiam compreender e experimentar Deus no corpo e na margem.

Excluídas das interpretações e falas oficiais, Maria e Isabel experimentavam Deus na barriga e sabiam que o corpo é feixe de políticas, desejos, trabalhos, comidas, culturas e orações. Sabiam que no corpo da mulher é que se travava a antiga e sempre urgente luta entre as estruturas de pecado e as intervenções libertadoras de Deus.

É a partir de seu corpo grávido de Messias que Maria articula sua fala de mulher: cantando o desafio aos faraós e governadores. Entoando o confronto com as serpentes e dragões:

“A minha alma engrandece ao Senhor e o meu Espírito se alegrou em Deus, meu Salvador, porque ele contemplou na humildade da sua serva. Pois desde agora todas as gerações me considerarão bem-aventurada, porque o poderoso me fez grandes coisas. Santo é o seu nome. A sua misericórdia vai de geração em geração sobre os que o temem. Agiu com seu braço valorosamente, dispersou os que no coração alimentavam pensamentos soberbos. Derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos...” (Lc 2,46ss).

Ainda hoje experimentamos a violência sistemática do Estado contra mulheres e crianças reforçando o domínio do homem e suas instituições (exército, empresa, universidade, poderes judiciário-executivo-legislativo, igreja etc.).<faa>

Conhecemos também a relutância e lentidão de muitos companheiros e irmãos em aceitarem a especificidade da luta e reflexão da mulher e da criança, preferindo discursos e práticas generalizadoras e simpáticas, mas não transformadoras.

Experimentamos, também hoje, a luta solidária de mulheres e crianças por novas relações de poder, de trabalho e de amor. Luta que se expressa nas diversas organizações e associações de bairro, pastorais, sindicais, políticas e culturais.

Respiramos as exigências e urgências de transformações profundas e radicais na sociedade brasileira. Vivemos de tempos de escolhas e possibilidades de mudança.

Vivemos a possibilidade de construir um novo projeto político que garanta condições dignas de vida para todos. Reconhecemos que, para tanto, um governo democrático e popular, participativo e comprometido com as necessidades concretas dos excluídos terá que inverter prioridades, privilegiar a multidão dos pobres e trabalhadores que vêm sendo sistematicamente espoliados durante anos pelos governos que se sustentam nas armas, na corrupção e na violência.

Mas é preciso ser mais concreto. É preciso exigir de um governo que se comprometa com as causas populares que reconheça nas organizações e reivindicações dos movimentos de mulheres e crianças alternativas e possibilidades de construção de relações justas e fraternas.

Exigir prioridade a mulheres e crianças não significa recurso retórico ou concessão, mas o reconhecimento de que sem participação, reflexão e autodeterminação de mulheres e crianças nenhum governo trará novidade ou conseguirá estabelecer justiça.

Articular políticas e práticas sociais que incluam ativamente mulheres e crianças significa compreender o poder como provisório e sempre carente de renovações. E são as crianças que sempre nos deixarão — homens e mulheres — grávidos de transformações.

Nancy Cardoso Pereira é pastora da Igreja Metodista, cursando mestrado em Bíblia no Instituto Ecuménico de Pós-graduação de São Bernardo do Campo.

ÊXODO - A FORÇA SIMBÓLICA DAS MULHERES

Lori Altmann

"O rei do Egito ordenou às parteiras hebreias, das quais uma se chamava Sifrá, e outra Puá, dizendo: Quando servides de parteiras às hebreias, examina: se for filho, matai-o; mas se for filha, que viva.

As parteiras, porém, temeram a Deus, e não fizeram como lhes ordenara o rei do Egito, antes deixaram viver os meninos.

Então o rei do Egito chamou as parteiras, e lhes disse: Por que fizestes isso, e deixastes viver os meninos?

Responderam as parteiras a Faraó. E que as mulheres hebreias não são como as egípcias; são vigorosas, e antes que lhes chegue a parteira já deram à luz os seus filhos.

E Deus fez bem às parteiras; e o povo aumentou e se tornou muito forte. E porque as parteiras temeram a Deus, ele lhes constituiu família.

Então ordenou Faraó a todo o seu povo, dizendo: A todos os filhos que nasceram aos hebreus lançareis no Nilo, mas a todas as filhas deixareis viver. (Êxodo 1,15-22).

A FRAQUEZA DO IMPÉRIO

O Egito, na época do texto, aparece como império, como poder unificado sob um controle central. Poder baseado no direito divino. Sua base calcada na agricultura, na organização centralizada dos celeiros e do abastecimento, e na necessidade de regular o Nilo com obras de alto custo. O Nilo era essencial para o sucesso da agricultura. A pirâmide da organização social egípcia era assim constituída: no topo estavam o rei e sua família, logo a seguir camadas intermediárias de funcionários e na base os agricultores e construtores (vejam que as mulheres não aparecem nem na base da pirâmide).

A centralização do poder, que caracteriza a época imperialista do Egito (a partir de 1550 a.C.), convive com uma constante luta interna de poder. É dentro desta época que se dá o êxodo, a "saída", não registrada pela história egípcia. O cap. 1 tem um caráter fundamental para a compreensão do êxodo. Sua função é catalisar a situação vivida pelo povo estrangeiro no Egito. De um lado a história egípcia relata grandes feitos e conquistas, de outro a história dos "apátridas" plena de sofrimento e de saídas para o mesmo.

A realidade mostrava que quanto maior a pobreza do povo escravo maior a necessidade de opressão e de controle, e maior o risco de revolta. Para o poder dominante havia a necessidade de eliminar o aumento (v.16) dos empobrecidos. Mas um número controlável deles era necessário, para a manutenção do próprio império. A continuidade e aumento de seu poder.

O texto se desenrola no contexto da casa, espaço das mulheres. A resistência à situação de dominação e exploração vem do interior das casas onde as mulheres possuem uma função restrita. As parteiras têm circulação livre por todas as casas. O Faraó quer interferir na intimidade das mulheres através das parteiras. As parteiras resistem e não aceitam se deixar instrumentalizar pelo Faraó contra seu próprio povo. A ação das parteiras tem uma perspectiva profética, pois a sua resistência prepara o sucesso da saída dos hebreus, depois manifestado na passagem do Mar (Ex.1, 9-10; Ex. 13,17s).

Êxodo 1-5 mostra a frequência e a importância da participação histórica das mulheres. É a parte na Bíblia onde se encontra o maior número de referências ao papel das mulheres na libertação e na formação de um novo povo livre. O texto das parteiras está inserido neste contexto.

As mulheres vivem das histórias, remendos que vão se juntando um ao outro e formando o tecido. As mulheres não vivem na história oficial. Nem sobrevivem da história oficial. Elas não se reconhecem nela. Assim também se formou a história do Povo de Deus: remendos foram sendo tecidos por mulheres e homens na sua história de libertação. Mulheres, ontem e hoje, emergem do silêncio imposto, forjadas no sofrimento e na luta por auto-determinação política e por autonomia na apropriação do próprio corpo.

A FORÇA SIMBÓLICA DAS MULHERES

O surgimento e a manutenção do patriarcado está intimamente vinculado a estruturas sociais fundadas no belicismo. O cristianismo, pelo contexto em que se desenvolveu, pouco a pouco foi se patriarcalizando e o patriarcalismo se cristianizando. A dimensão bélica não deixou de estar presente em diversos momentos na história do cristianismo.

As mulheres para a sociedade patriarcal, carregam um pecado maior: serem detentoras dos meios de reprodução. Uma ameaça constante, consciente ou inconscientemente, aos machos das classes dominantes e ao seu projeto expropriador (J. Biehl e G. Gassen). Tomar consciência é encetar um processo de reconstrução de si mesmas como mulheres.

A capacidade reprodutiva da mulher produz temor na classe dominante. Um medo mais simbólico do que real. Semelhante ao medo que eles sentem dos oprimidos: Quanto mais os afligiam, tanto mais se multiplicavam e tanto mais se espalhavam (v.12).

As parteiras hebreias recebem uma ordem do rei do Egito: matar os meninos e deixar viver as meninas. Numa situação instável de guerra iminente com grupos externos, o aumento da opressão e dos oprimidos significava uma ameaça. Medo da revolta dos homens. Homens fazedores de guerra/guerrilha. Reação armada. Exército.

A manutenção das mulheres era necessária como reprodutores da mão-de-obra escrava. Como também, era necessário eliminar alguns escravos. Não todos, porém. Reduzi-los mantendo-os: condições de existência do próprio império.

As mulheres desobedecem. Mentem. Não acatam a ordem. Ocorre uma cumplicidade entre mulheres. Elas se opõem ao projeto dominante do estado opressor. Manifestam uma estratégia de sobrevivência, de defesa da vida e do projeto histórico do seu povo. Assumem uma atitude de autonomia frente ao poder do Faraó.

As parteiras não assumem uma atitude apenas ética de uma ética individual, mas uma atitude política e teológica. Elas demonstram que não são destituídas nem de poder, nem de vontade. Detêm, não o poder das armas, da violência, mas o poder simbólico de decidir pela geração ou não da vida.

Concepções éticas são história, social e culturalmente situadas. O controle de natalidade deve ser visto também nesta perspectiva. Vejam um exemplo: A maternidade, entre povos indígenas, caçadores e coletores, é valorizada e estimulada. Isso não tira, como é o caso dos Kulina, a possibilidade de as mulheres evitarem e até interromperem a gravidez quando esta não é desejada (filho pequeno, separação, relações passageiras, nomadismo, etc.). O interesse social não absorve nem anula o direito individual. O controle de natalidade entre os Kulina convive com uma maternidade apaixonada, carregada de sentimento. Encontrando sua expressão máxima no Mito da entidade feminina chamada Massosso. Relata o mito que os Kulina/homens caçando próximo ao lago encontram e matam com arco e flexa o filho de Massosso. Cheia de sofrimento e ódio, chorando, ela promete vingar a morte de seu filho. Passada uma lua, ela vai até a aldeia cumprir a sua ameaça. Significativamente, a sua arma é a fonte de vida, agora inútil, do filho morto: esguicha sobre a aldeia e as pessoas o leite materno que, na sanha da vingança, torna-se incendiário. Simbólica e dialeticamente, são vida e morte confrontando-se. Os Kulina/homens atemorizam-se diante da fúria da mãe, e sofrem a consequência do seu ato, causador de medo/morte.

Nas sociedades indígenas, um filho significa um interesse social, e não só individual ou familiar, portanto é de responsabilidade social a sua existência. Isso não é o que acontece nas sociedades com Estado. O Estado se dá o direito de interferir na decisão dos pais de terem ou não filhos, mas não se responsabiliza em garantir as condições de vida para eles.

A decisão das parteiras no texto de *Êxodo*, passa a ser uma decisão coletiva, articulada cultural e historicamente. Isso transparece no discurso do povo sobre sua história e suas origens. E quando o texto foi inserido na história do exodo, da saída do Egito. Aí percebo uma semelhança entre o povo hebreu e os povos indígenas, o povo Kulina especificamente.

A REAPROPRIAÇÃO DO PRÓPRIO CORPO

A decisão sobre o controle da natalidade, no decorrer do processo histórico, em muitas sociedades, esteve restrito ao mundo das mulheres. Aos poucos isso foi mudando. As mulheres foram sendo expropriadas deste espaço, até que, chegando na sociedade capitalista/industrial, restou-lhes pouca capacidade de influência. Hoje os médicos são na maioria homens. As indústrias farmacêuticas são dirigidas por homens. São cientistas homens que criam toda uma parafernália (DIUs, pílulas, diafragma, etc.), destinada quase que exclusivamente para o consumo das mulheres.

O controle da reprodução e o parto saem então da esfera doméstica para a esfera pública (postos de saúde, hospitais, maternidade, etc). Ocorre uma usurpação por parte do Estado e dos homens, do conhecimento que as mulheres tinham do próprio corpo. O Estado hegemônico quer então determinar os índices de natalidade conforme seus próprios interesses, que passam a ser considerados superiores aos interesses individuais. Por isso o aborto em muitas épocas e lugares foi considerado crime contra o Estado e não contra o indivíduo.

Planejamento familiar em última instância é uma questão que envolve a luta da propriedade contra a vida. O lugar privilegiado em que se vive esta tensão é o corpo da mulher, onde vida e propriedade se defrontam. O corpo individual da mulher no corpo social, isto é, a mulher integrada numa malha social, que determina seu valor e sua função (v. Westhelle).

A falta de autonomia da mulher - sobretudo da mulher pobre e sua família - para decidir conscientemente a respeito da questão da procriação, é o fator determinante da dependência. Esta dependência vai contra a integridade feminina, duplamente abalada: como mulher e como pobre. A mulher é instrumentalizada também duplamente como meio de procriação e como meio de produção.

Povos diferentes, quando encontram possibilidades de opção, em situações semelhantes, podem tomar diferentes decisões no que diz respeito ao número de filhos. Alguns povos em situações de exílio, guerra ou desespero decidem reduzir o número de filhos. Por exemplo, o povo indígena Tapirapé (MT), alguns anos atrás, no desespero do pós-contato, decidiu não ter mais do que três filhos, optando praticamente pelo auto-extermínio. Outras mulheres de outros povos vêem no aumento do número de filhos uma esperança de saída, de superação do problema, como as mulheres hebreias no texto. Elas decidem ter filhos apesar da realidade de escravidão em que viviam e contra a vontade do estado egípcio. As parteiras mostram que, mesmo com a tentativa de interferência do estado, a decisão neste caso ainda pode estar nas mãos das mulheres.

Margareth Sander, pioneira do movimento feminista, escrevia em 1920: "Nenhuma mulher pode se dizer livre enquanto não puder escolher conscientemente, se quer ou não ser mãe". O movimento feminista, contra a intervenção do estado, quer restituir à mulher o controle sobre a procriação.

O CORPO TRANSFORMADO

O corpo transformado é um corpo que não se curva ante o medo, mas persiste na sua coragem de decidir. As mulheres sempre resistiram ao poder patriarcal. A historicidade desta luta foi silenciada nos textos oficiais, mas está viva na memória subversiva das mulheres que lutaram por dignidade e liberdade de pessoas humanas. Pessoas que tem corpo. Corpo fonte de prazer. Corpo fértil de vida. Corpo que se faz sociedade. Corpo que, no resgate do individual, participa do coletivo.

As mulheres hebreias ao preservarem os meninos contra a ordem do faraó, arriscaram participar da história da libertação do seu povo. História que mostra mais uma vez que se move a partir da margem.

As parteiras temeram a Deus (Ex. 1.17), porque não se atemorizaram diante do poder autoritário do faraó, pois quem é vítima do medo, não pode temer a Javé. O temor a Javé (Sl 112) gera confiança, enquanto o temor imposto abala a confiança em Javé e em si própria, gerando a subserviência e a submissão.

Em nosso país, hoje, vivemos sob o império do medo e da insegurança. Este temor imposto quer calar a mulher e amedrontar o pobre. Isso é idolatria (V. Westhelle). Negação da fé. O temor imposto vem de um Estado autoritário e de uma Igreja patriarcal. O temor a Deus, por sua vez, traz a superação do medo. Liberta o corpo da mulher e o corpo social para o novo, para a esperança, para o que virá. Para o Reino de Justiça e Amor (Cf. 1. Jo 4.13-21: Sl 112. 7,6,8). Utopia maior.

Lori Altmann é pastora da IECLB e mestrandra em Ciências da Religião no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. São Bernardo do Campo (SP).

NÃO HAVIA REI EM ISRAEL

Nancy Cardoso Pereira

Onde estava o poder em Israel? Em algum lugar entre o deserto e as montanhas da Palestina. Disperso e provisório, o poder habitava os acampamentos no justo espaço entre a vida nômade e a vida sedentária. O poder se forjava entre a organização do trabalho na terra de propriedade tribal e o início de um trabalho artesanal especializado. O poder morava entre os acampamentos no campo e um início de cidade, fortaleza murada. O poder se movia entre uma tribo e outra, organizadas em confederação a partir de necessidades concretas de defesa e trocas primárias. O poder se exercia na tensão entre uma assembleia de príncipes e a liderança de um(a) chefe carismático(a). O poder se manifestava entre uma guerra e outra, na diferença exata que existe entre um "exército" de camponeses em armas na defesa da terra e um "exército" de homens especialistas mantidos para o trabalho específico da defesa.

O poder estava na mão de uma mulher ou na cabeça de um homem?

A história está no livro dos Juízes, no capítulo 9.

Todo o livro de Juízes tenta recompor este período anterior à monarquia (1200 - 1000 a.C.). Diferente dos povos vizinhos, os Filhos de Israel não tinham uma instância de centralização do poder. O livro reúne histórias antigas, de tradições diversas que deixam impressões fortes da vida do povo neste período.

O livro é um panfleto contra a monarquia.

Era uma vez o tempo em que em Israel não havia rei.

O povo fazia o que era mau perante Iaweh e o resultado era a opressão. Daí as muitas guerras, as humilhações, as dificuldades, os aprendizados. Mas Iaweh habitava entre eles, escutava o clamor de seu povo e intervinha. Iaweh levantava um juiz homem ou mulher que organizava o povo na defesa da terra, na restauração do projeto de vida igualitária.

E a terra descansava em paz.

Não é uma sociedade idealizada. O livro de Juízes nos fala de momentos de tensão, de violência, de preconceitos, de opções políticas concretas, de projetos de sociedade, de propostas de poder que se chocavam, que se esbarravam. Tempo de transição: as guerras contra os povos vizinhos eram guerras contra projetos políticos de organização da vida social que desconheciam a experiência da saída da escravidão do Egito e a passagem pelo deserto. A freqüência destas guerras impunha a necessidade da sistematização do sistema de defesa e consequente especialização de um setor social. O desenvolvimento agrícola, com a introdução de novas técnicas, gerava maior produção e excedente criando a necessidade de reorganização das relações de trabalho (em especial no tccante ao trabalho de mulheres) e a formulação de administração do excedente, aqui também através de uma especialização. A relação e troca com outros povos geravam conflitos e mudanças a nível cultural e ideológico, confrontando toda a cultura forjada no deserto.

Era um tempo de mudanças rápidas...

Tão rápidas quanto a pedra na sua trajetória entre as mãos da mulher e a cabeça do homem que queria ser rei.

No tempo em que Israel não tinha reis a ação libertadora de Iaweh acontecia por meio de líderes carismáticos(as) que exerciam a função de organização e centralização provisória de forças e recursos contra uma agressão concreta ou na defesa da roça. Era uma função provisória e limitada.

A duração e legitimidade da ação de "governo" de um juiz ou juíza existia enquanto correspondesse a uma necessidade concreta, a uma exigência concreta por parte das tribos.

Podia ser uma mulher, um homem; um camponês ou uma trabalhadora; um chefe de bando marginal ou uma "dona de casa". O poder estava no meio do povo. Era limitado pelo povo. Tinha sua legitimidade nas necessidades do povo, em suas contradições, aprendizados e transformações.

O poder estava na força da pedra nas mãos de uma mulher no alto da torre contra a cabeça do homem que pela força se fez rei.

Os movimentos de Abimeleque

Abimeleque quis ser rei. Queria o poder de forma centralizada e permanente. Acompanhar os movimentos de Abimeleque nos ajuda a entender as mudanças e tensões deste período.

1o. movimento - o lançamento da candidatura

1) Abimeleque se dirige a seus irmãos e aos homens notáveis (Jz 9,12);

2) Abimeleque faz sua proposta: o que é melhor o poder disperso entre setenta homens ou o poder em um só homem?

3) Fundamentação da proposta: evoca as relações familiares sugerindo as facilidades do parentesco no poder centralizado ("sou vosso osso e vossa carne", v. 2);

4) A proposta de Abimeleque é aceita (o coração deles se inclinou para Abimeleque, v. 3).

Não é Abimeleque como indivíduo que quer ser rei... Há um setor social que se interessa e que precisa da proposta de centralização do poder que melhor corresponda a seus interesses.

2o. movimento - a campanha eleitoral

1) Os homens notáveis dão setenta siclos de prata para Abimeleque (v. 4);

2) Abimeleque contrata homens vadios e aventureiros para concretização de seu plano (v. 4).

Estes dois fatores introduzem duas novidades: acúmulo de dinheiro (no templo de BaalBerit, v. 4) que é controlado pelos notáveis; a contratação de uma "força armada" profissional e mercenária em contraposição à defesa "informal" que até então era praticada.

3o. movimento - colégio eleitoral

1) Abimeleque tenta destruir e inviabilizar qualquer oposição a seu futuro governo (mata seus irmãos... setenta homens, v. 5);

2) Só um dos irmãos se salva porque estava escondido (ver Apólogo de Jotão, vv. 7 a 20).

4o. movimento - a posse

1) os homens notáveis se reúnem e proclamam Abimeleque como rei.

5o. movimento - tentativa de golpe

A união de interesse entre Abimeleque e os homens notáveis é frágil e vai durar pouco tempo (v. 23). Corrupção e traição vão reinar entre os dominantes que chegam ao confronto armado (v. 39).

Abimeleque se impõe com sua força armada mercenária (v. 40).

6o. movimento - a duração do mandato: 3 anos

1) Sem o apoio dos homens notáveis, Abimeleque busca ampliar seu poder com violência: emboscadas no campo (v. 43) e ataques na cidade (v. 45).

Abimeleque se aproxima de Tebes (v. 50).

Homens e mulheres correm do campo para a cidade. Todos inclusive os notáveis de Tebes se refugiam na torre fortificada (v. 51). Fecham a porta e sobem para o terraço (v. 51).

Abimeleque aproxima-se da torre.

Onde está o poder?

De cima da torre, o povo assustado.

Abimeleque se fez governo pela violência, pela repressão, pela eliminação da oposição, pelo acordo entre os notáveis, pela contratação de força armada mercenária, pela troca de favores em esquema familiar.

Na torre, amedrontados e frágeis, estão o povo trabalhador e os notáveis, que, nesse momento se juntam contra a violência da tentativa prematura de monarquia. Guardadas as devidas diferenças, no alto da torre está a resistência da proposta de um poder descentralizado. Proposta com contradições e limites, mas que garante espaço para organização e ação coletiva.

O poder oscila e balança no espaço vertical da torre, no espaço entre duas propostas de governo, duas possibilidades de organização do poder.

Era o tempo em que Israel não tinha rei.

A mulher se aproxima da beirada do terraço e olha para baixo. Vertigem e medo. A mulher sente a história acontecendo, as opções diante dos olhos, a pedra de moinho nas mãos.

A mulher joga a pedra...

A pedra cruza o espaço estendido de poderes.

Abimeleque cai, mortalmente ferido (v. 53).

Era o tempo em que não havia rei em Israel.

Quando viram que Abimeleque estava morto (morreu de pedrada de mulher, de espada ou de vergonha?, v. 54) foram-se cada um para sua casa.

Nunca mais se tem notícias desta mulher. Ela deve ter voltado para casa emocionada e falante entre as amigas.

O governo se fez manifesto pelas mãos de uma mulher (v. 56). Poder provisório, legítimo, na defesa da vida do povo. Poder popular.

Nancy Cardoso Pereira é pastora metodista, pós-graduanda em Bíblia no Instituto Ecumênico de Pós-graduação de São Bernardo do Campo.

O JULGAMENTO QUE VEM DOS DESTROÇOS

Rosângela Soares de Oliveira

"Fez ele o que era mau perante o Senhor". Sobre quem pesava esse julgamento tão incisivo? Esse era o refrão cantado do exílio para a monarquia. Era o julgamento de quem estava caminhando entre os destroços da cidade, do templo, da muralha, do palácio, e tropeçava nos sinais de injustiça, infidelidade e opressão dos tempos da monarquia. Esse julgamento aparece no livro dos Reis. O título deste livro nos dá a impressão de ser uma crônica sobre as obras grandiosas dos reis. Mas a leitura dos textos nos leva a outra reflexão. Os reis fizeram o que era mau perante o Senhor! (1Rs 8,18, 2Rs 15,9; 21,16).

A monarquia não é momento de glória, mas de dor. O julgamento é direto ao rei, que concentrou em suas mãos o poder de representar Javé, e o traiu transformando o Estado em Deus. Foram poucos os reis, além de Davi - o pastor bem lembrado e bem amado - que tiveram por sentença o "ter feito o que era reto perante o Senhor" (2Rs 12,2; 18,3; 22,2).

Da formação do Estado à divisão em dois reinos - do Norte (Israel) e do Sul (Judá) - a monarquia durou quatrocentos anos, sendo que, para o reino do Norte, o tempo foi mais curto. Em 722 a.C. o império da Assíria conquistou Samaria, e aniquilou o Estado. E para o reino do Sul foram mais duzentos anos, embora não independentes, até que a derrota final acontecesse em 587 a.C.

A conjuntura internacional

A Palestina fica no meio do caminho. A cada Império que florescia, ela sofria novas investidas. Ora pelos impérios do Norte - Assíria, Síria, Babilônia - ora pelo Egito, ao Sul. Entre essas duas fronteiras, a Palestina negociava as suas alianças políticas.

A aliança política feita nos tempos de guerra era regada à base da prata e do ouro que havia no templo e no palácio. Assim fez Jeroboão (922-921 a.C.) para negociar a paz com o Egito (1Rs 14,25-28), Acaz com o rei da Assíria (745-727 a.C.), Tiglate Pileser (2Rs 16,5-9) e Ezequias com Senaqueribe (704-681 a.C.), rei da Assíria (2Rs 18,14s). O tributo era uma instituição, no nível da política internacional, de domínio dos Estados mais fortes sobre os mais fracos. Aparece, nos livros dos Reis, repetidas vezes como que sinalizando a força do conquistador. Marca a dependência, a obediência, a espoliação.

No fim do século 7º, a Assíria entrava em declínio e florescia a Babilônia. Esses Estados se confrontaram em 609 a.C. O Egito se alia à Assíria e Judá à Babilônia. O faraó Neco e o rei Josias se enfrentam em Megido, e Josias é morto (2Rs 23,29). A Assíria fracassa diante da Babilônia e o Egito, derrotado nesta batalha, volta para o Sul com o firme propósito de recuperar forças políticas se estabelecendo na região da Síria-Palestina. Essa mudança de forças na conjuntura internacional se reflete em crise interna em Judá. O rei Josias é imediatamente substituído. O povo da terra que havia constituído Josias como rei, vencendo na disputa interna pela sucessão, assegura a Jeoacaz, filho de Josias, a unção de rei sobre Judá (2 Rs 23,30). Jeoacaz tinha 23 anos e reinou três meses (609 a.C.).

Intervenção estrangeira

O mandato de Jeoacaz foi encurtado pelo Egito. O faraó Neco chama Jeoacaz ao seu quartel-general em Ribla, possivelmente para negociar uma aliança, e o aprisiona e o deporta para o Egito, onde morre (Jr 2,10-12, Rs 23,33s). E Jerusalém é marcada com o sinal da dominação:

"... e impôs à terra a pena de cem talentos de prata e um de ouro, e constituiu rei a Eliaquim, filho de Josias, e lhe mudou o nome em Jeoacim. Jeoacim deu aquela prata e aquele ouro ao faraó, porém estabeleceu imposto sobre a terra para dar esse dinheiro segundo o mandado do faraó; do povo da terra exigiu prata e ouro, de cada um segundo a sua avaliação, para dar ao faraó Neco" (2Rs 23,33-35).

A estratégia de dominação do Egito atingiu as duas esferas fundamentais do Estado - a economia e a política. Assim, ficava claro que Judá estava perdendo a sua posição de nação independente. A Intervenção estrangeira não buscou formas sutis de dominação, ao contrário, foi tão explícita que o próprio texto bíblico mostra a relação entre conjuntura internacional e nacional.

Na economia, a Intervenção se deu na imposição do tributo que deveria ser pago ao Egito. Na política, um novo rei é constituído. E Jeoacim reinou de 609 a 598 a.C.

Pacote econômico para o pagamento da dívida

Diferentemente de outros reis que despojaram o templo e o palácio para saldarem suas dívidas com o Estado mais forte, a tradição guardou na memória que Jeoáquim despojou o povo da terra. A economia interna foi direcionada para saldar a dívida internacional. O povo da terra tem que pagar a prata e o ouro!

Quem é o povo da terra? É o campesinato judaíta, proprietário de terra. Gente que passava a vida trabalhando no campo produzindo para a cidade, para o Estado (palácio e exército) e o templo. Gente que fazia oposição à cidade, e aos reis que não seguiam o modelo de Davi - o rei pastor. Jeoáquim fez pesar sobre os trabalhadores do campo o tributo cobrado pelo Egito. O excedente da produção é para o rei e o Faraó. E o povo? Espoliado!

Medida política para sustentação da monarquia

O poder do rei se estabeleceu de fora para dentro, e a sua legitimidade estava forjada no palácio. Possivelmente Jeoáquim repassa a dívida do Estado para o povo da terra, porque a sua sustentação política não vem do campo, mas sim do Estado estrangeiro. Parece que assim ele assegura internamente a sua aliança com os do templo - sacerdotes e profetas, com os do palácio - príncipes, e com os da cidade de Jerusalém (Jr 26,1-10) contra os anciões da terra (Jr 26,17).

A voz de Javé

Jeremias era um profeta de Javé nos tempos de Jeoáquim. Ele exerceu a sua vocação de "destruir e edificar" (Jr 1,1-10) desde Josias até o exílio. Não era um homem do templo, do palácio ou da cidade. Era do campo. Jeremias "representa a postura do povo da terra. Em três questões, coincide com os camponeses judaítas: na oposição ao Sião (templo), na expectativa messiânico-davídica e na certeza de que o povo de Deus são os remanescentes na terra de Javé. Mas têm também suas diferenças e críticas ao povo da terra" (Milton Schwantes, *Sofrimento e esperança no exílio, Sinodal/Paulinas, 1987, pp. 48-49*).

É na perspectiva do povo da terra que Jeremias julga Jeoáquim. E o faz tão severamente que o profeta chega a maldizer o enterro e a memória do rei. É um rei que não será lamentado, não será chorado, não será velado. Não passará de um jumento morto, arrastado e jogado bem longe (Jr 22,18s).

Talvez, para que nem os urubus sejam vistos por quem tem a dor da prata e do ouro!

Mas, afinal, como reinou Jeoáquim?

Governou para o palácio e do trabalhador cobrou o suor e o sangue: "Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça e os seus aposentos sem direito, que se vale do serviço do seu próximo sem paga e não lhe dá salário" (Jr 22,13s).

Governou para a cidade e do campo extorquiu: "... mas os teus olhos e o teu coração não atentam senão para a tua ganância, para derramar o sangue inocente, e para a violência e extorsão" (Jr 22,17).

Governou para o templo e aos profetas de Javé perseguiu e matou: "E ao profeta Urias que profetizou contra esta cidade e esta terra, o rei Jeoacuim mandou feri-lo à espada, e lançar o cadáver nas sepulturas da plebe" (Jr 26,23s).

Governou para o faraó e de Josias não aprendeu a olhar pelo afliito: "Acaso teu pai (Josias) não comeu e bebeu? Mas ele praticou o juízo e a justiça. (...) Julgou a causa do afliito e do necessitado" (Jr 22,15s).

De Javé, Jeoacuim não ouviu a voz! (Jr 22,21).

"E fez o que era mau perante o Senhor!" (2Rs 23,37).

Conclusão

Hoje, um dos mecanismos de intervenção estrangeira que tira a soberania dos países empobrecidos é a dívida externa. No caso brasileiro, ela tem imposto uma "economia de guerra", com as suas consequências. Expressa-se na ausência de moradias, escolas, alimentação, saúde e dignidade política. Está presente na vida dos trabalhadores; falta apenas dar o nome de dívida externa/tributo de prata e ouro à mesa vazia, aos milhões de crianças de rua, ao trabalho sem salário, aos palácios suntuosos, ao sangue inocente encrustado na terra da roça.

A dívida tem sido sinal de dominação econômica e política reproduzida internamente de forma muito cruel. Pois, afinal, quem está pagando esse tributo aos Egitos de hoje? O templo? O palácio? Não.

"A nossa água por dinheiro a bebemos,
nossa pele se esbraseia como um forno,
por causa do ardor da fome" (Lm 5,4.10).

Os nossos Jeoaquins têm sido muito fiéis ao sinal da dominação; a nossa economia e política têm sido subservientes aos estranhos que levam a nossa herança (Lm 5,2). Mas Deus Não abandona o seu povo. Os profetas de Javé julgam os nossos reis, como aqueles que "têm feito o mau perante o Senhor". E pela fé esperamos que o povo trabalhador e faminto faça chegar o tempo em que a solidariedade, e Não a dominação, marque as relações internacionais. E que se faça justiça entre os povos:

"Não cabe que peçamos perdão das dívidas já pagas; cabe-nos que os povos opressores e seus aliados reconheçam suas dívidas e ofensas, se arrependam e se humilhem perante Deus, a fim de que possam ser perdoados e ainda possam viver. Do contrário serão destruídos por seus próprios pecados. A nós compete perdoar àqueles que nos devem e nos têm ofendido." (Mensagem às Igrejas, Cese/Conic).

Rosângela Soares de Oliveira é pastora metodista e cursou o intensivo de Bíblia do CEBI.

RUTE E NOEMI

CORAGEM EM TEMPOS DE CRISE

Tânia Mara Vieira Sampaio

Em tempos de crise econômica, de dificuldades políticas e de grande luta pela sobrevivência é bom olhar para o texto bíblico para perceber como ele pode iluminar nossa vida hoje. É certo que se existem semelhanças, existem também diferenças e ambas nos ajudam a compreender como Deus agiu naqueles tempos e como age hoje. A história de Rute e Noemi é a luz que fomos buscar na Bíblia para refletir sobre situações de crise que podem ser superadas com garra e luta pelo direito dos pobres. Fome e pobreza eram algo bastante comum. Bateram forte na casa de muitas famílias. Sabemos disso através da história escrita sobre uma dessas pequenas famílias de Judá. Eram quatro pessoas, pai, mãe e dois filhos, que tiveram que abandonar sua terra e ir para outro lugar, para Moab, em busca de trabalho e comida. Por lá as coisas não melhoraram muito: os rapazes se casaram com moças daquele país. Para não dizer que a desgraça era pouca, o pai acabou morrendo e depois os filhos. Sobraram as três mulheres. A família foi minguando e as forças também. Três mulheres, três pobres, três viúvas. Que situação complicada em tempos como aqueles!

Noemi sentiu-se só e sem apoio em um país estrangeiro. Resolveu voltar a sua terra. Tendo morrido seus filhos e não tendo outros para dar as suas noras, resolveu devolver-lhes sua liberdade (1,89) para que pudessem casar novamente e assim fossem liberadas do sofrimento e da humilhação de não ter marido nem filhos. Afinal, na época, para a mulher o casamento significava ser praticamente comprada pela família de seu marido e nesta deveria realizar-se gerando filhos e garantindo o nome e a continuidade da herança da família de seu marido.

Mas Rute recusou separar-se de sua sogra que estava velha, desanimada e sem grandes condições de lutar por sua sobrevivência. Esta sua atitude estava profundamente impregnada de ternura e amor desinteressado.

Estamos diante de duas mulheres de muito valor. Uma, reconhecendo a sua fraqueza e impossibilidade de oferecer a suas noras uma vida digna e respeitável, lhes devolve a liberdade e com desapego as envia a buscar sua realização enquanto mulheres. A outra, Rute, ultrapassa as exigências feitas a ela, pelos costumes da época, e assume colocar sua vida a serviço de uma mulher ainda mais fraca que ela. Uma verdadeira aliança de solidariedade! Coisa rara naqueles tempos e nos de hoje também.

Rute e Noemi sobressaem ainda mais ao dividir a cena (1,8-18) com a outra nora que é facilmente persuadida a aceitar sua liberdade e reconstruir sua vida. Se o faz por egoísmo ou por um curso natural diante das regras daquele tempo não se sabe ao certo, pois o texto não entra em detalhes. Mas fica patente que a outra nora vai buscar seu interesse enquanto Rute vai primeiro cuidar de sua sogra.

Chegando em Belém, em tempo de colheita, Rute tomou a iniciativa de ir para a lavoura e catar espiga. Um costume antigo, tornado lei em Israel (Dt 24,19) e deturpado com o passar do tempo, era o de beneficiar o estrangeiro, o pobre, o órfão e a viúva, deixando-os recolher a parte não apanhada da colheita ou a que caía no chão. Essa prática de respigar, no tempo do livro de Rute, estava bastante modificada. O que antes era um direito, agora estava sujeito à autorização do proprietário da terra (2,2) e também sujeito às afrontas que os coletores faziam, tanto que Booz não só autorizou Rute como também recomendou a seus empregados que não a molestassem (2,89) e ainda que deixassem cair um pouco do que colheram para ela apanhar (2,16).

A luta pela sobrevivência foi fazendo crescer em Noemi e Rute a consciência de seus diretos e assim foram ajudando o povo e nos ajudam hoje a não esquecer que, apesar da lei geralmente favorecer os poderosos (por serem feitas e administradas por eles), sempre há brechas, mesmo que pequenas, que precisam ser resgatadas em favor dos desfavorecidos.

Da luta pela sobrevivência (catar a sobra da colheita) elas passaram à luta pela dignidade enquanto mulheres. Na eira, Rute exigiu que Booz cumprisse a lei do resgate. Isto é: que comprasse a terra de Noemi e casasse com ela, Rute, para que seus filhos dessem continuidade ao nome de seu primeiro marido e assim a herança da terra fosse mantida. Estas exigências das mulheres foram vitoriosas. Seus direitos foram respeitados: Booz casou-se com Rute. A terra foi resgatada. A família e o filho foram esperança de um novo começo.

A consciência de Noemi e Rute sobre seus direitos e sobre a possibilidade de alcançar uma vida digna, com terra, filho e comida não estava pronta quando elas resolveram voltar para Judá, muito pelo contrário. Principalmente Noemi estava tomada por um sentimento de amargura e de abandono. Sentia-se castigada por Deus. Mas quando as duas começaram a tomar decisões diante das exigências de cada momento, as coisas foram ficando mais claras. Uma ação foi iluminando a outra. Uma foi fortalecendo a outra. E o fato de irem sempre conversando sobre o que fazer, avaliarem e planejarem como iam continuar permitiu que fossem trocando forças, esperanças e serviço até poderem celebrar a vitória.

Num tempo em que algumas lideranças de Israel se empenhavam, cada uma a seu modo, para que o povo pudesse voltar a ser fiel a Deus e reconstruir a vida no retorno do cativeiro, o cumprimento da Lei é um dos pontos fundamentais desse "fazer a vida de novo". Só que isso continuava sendo feito na ótica dos poderosos com os vícios acumulados no passar dos anos. Mas nesse tempo também surgem outras pessoas sensíveis à dor do povo - ou porque são os que sofrem na própria carne (como Rute e Noemi), ou porque assumem como seu dever ser solidários e agir para mudar a situação (como Booz) - que valorizam no mesmo conjunto de leis aqueles aspectos ou artigos que tratam da proteção dos pobres. E a narrativa do livro de Rute é esse jeito novo de ler a Lei na ótica dos pequenos.

Entre os problemas sérios que afligiam o povo estava o da fome. Havia muita pobreza. A maioria dos que trabalhavam na terra não a possuía ou acabava tendo que vendê-la e chegava até a ter que vender os filhos para sobreviver, ou mesmo ir embora para outros lugares. Isso configurava um outro problema: o povo não tinha recursos para defender a posse de sua terra (4,34). E a situação se agravava ainda mais porque os próprios parentes ricos exploravam os mais pobres. Eles compravam suas terras não para devolvê-las, como a Lei previa, mas para acumular para si (4,46). Desse modo, a família ia se desintegrando porque o clã, que era a grande família, constituída pelos parentes, deixou de se ajudar mutuamente e cada pequena família tinha que se virar sozinha.

Esta situação corresponde à época de Esdras e Neemias. Estes homens se preocupavam zelosamente com a pureza da fé do povo, com o cumprimento da Lei e proibiam os casamentos com os estrangeiros. O autor ou autora do livro de Rute mostra, de uma forma simples mas sutil e perspicaz, um Deus plenamente comprometido com a causa do pobre, da mulher e da estrangeira. Creio que aqui temos duas contribuições muito fortes desse livro. Um é esse novo jeito de ler a Lei que critica duramente os poderosos, em seu egoísmo, ao usarem-na em favor de seus próprios interesses fazendo-os assumir novas posturas (4,89). A outra é o novo jeito de ler a Lei que critica àqueles que como Esdras queriam a expulsão das mulheres estrangeiras com seus filhos (Esd 10,3.11). O livro mostra o grande valor da moabita Rute que não só vai ser referida com palavras que lembram a Abraão ao deixar pai, mãe e terra (2,11) como vai culminar na aclamação do povo pedindo que ela seja como Raquel e Lia, as mães das doze tribos de Israel (4,11), que seja abençoada como Tamar (4,12) que fez com que a Lei fosse cumprida em favor dos pequenos. Rute até é mediadora da esperança messiânica depositada no filho que ela conceberá (4,13-14). E tanta importância teve essa história na memória do povo que no evangelho de Mateus a referência a Rute figura na genealogia de Jesus (Mt 1,5).

O livro de Rute mostra como a luta corajosa dessas duas mulheres foi capaz de interferir nos setores de poder da época. Dentro estes setores está o campo, a propriedade onde Rute foi catar o restolho, aparecendo na narrativa a deturpação que ocorria na época com esse direito dos pobres. Outro setor é a eira, lugar onde se juntava a colheita e se celebrava a bênção dos frutos. Na eira, Rute exigiu de Booz o cumprimento da outra lei que favorecia os pobres, o resgate. Outro setor ainda é o portão da cidade, lugar onde se reuniam os poderosos proprietários de terra para regular as questões de justiça. Neste lugar, Booz, impulsionado por Rute, assumiu a causa das viúvas e fez com que a Lei fosse cumprida em favor delas. O parente que desejava resgatar a terra apenas para acumular a propriedade e não assumir as viúvas era evidenciado como egoísta e passava o seu direito de resgate para aquele que realmente ia cumpri-lo, não em benefício próprio mas em favor delas. Nestes três âmbitos - o campo, a eira e o portão - o poder estava na mão dos poderosos e Rute e Noemi em sua luta pela vida subverteram o jeito de executar a Lei e conseguiram que ela voltasse a favorecer o pobre.

Mas há mais outro espaço de poder fundamental no livro de Rute. Nele as mulheres estavam na ponta das decisões. Nesse espaço Noemi e Rute se articulavam e construíam a esperança. De lá Rute saía confiante e cheia de planos. Para lá retornava de mãos cheias: uma saca cheia de espigas e outras assadas que sobraram do almoço (2,18); as seis medidas de cevada que ganhou na noite que esteve com Booz na eira (3,15) e a promessa do resgate; o compromisso de compra da terra, da perpetuação do nome da família de Elimelec (4,910) e por fim o filho que ela gerou (4,13). Tudo isto está em contraste com a afirmação de Noemi ao chegar em Belém dizendo-se amargurada porque Deus a havia feito voltar de mãos vazias (1,21).

A casa é este espaço de poder. Poder da mulher, dos fracos, dos empobrecidos, dos pequenos. O âmbito da casa foi ganhando relevância na medida que a história se desenvolveu até atingir o ápice quando a matriarca Noemi recebeu o neto e foi bendita pelas vizinhas (4,2-4,16). A esperança de resgate, de libertação, foi preparada na casa e lá se concretizou. É da casa que as mulheres se articulam para preservar a dignidade da vida e fazer valer o direito dos pequenos.

É impressionante que, a despeito de toda a realidade patriarcal da época em que viveram Rute e Noemi, conste um relato tão forte e tão concreto de duas mulheres que tomaram a iniciativa de fazer a Lei ser cumprida, de garantir sua sobrevivência, de lutar pela posse da terra, de preservar a família. E não só temos esses sinais de ação das mulheres como também é extremamente significativo que o livro encerre com uma imagem essencialmente matriarcal. E um matriarcado reconhecido socialmente porque as vizinhas reconheceram no filho gerado por Rute a esperança para Israel e a graça devolvida a Noemi: "E Noemi tomândo o menino, colocou-o no colo e serviu-lhe de ama. (...) As mulheres disseram então a Noemi: Bendito seja Javé, que não te deixou sem alguém para te resgatar; que o seu nome seja célebre em Israel! Ele será para ti um consolador e um apoio na tua velhice, pois quem o gerou é tua nora, que te ama, que para ti vale mais do que sete filhos (4,14-16).

Tânia Mara Vieira Sampaio, pastora metodista, é mestre em Bíblia pelo Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, em São Bernardo do Campo (SP).

A CRISE DO REFUGIADO

Reflexão sobre o Salmo 137

Elsa Tamez

Existem experiências que marcam o ser humano no mais profundo de seu ser. Podem ser experiências de amor, alegria, dor ou morte. Estas experiências profundas ficam gravadas em sua mente, sua pele e coração para o resto da vida. Qualquer circunstância ou detalhe fará reviver este momento.

O refugiado salvadorenho ou guatemalteco está irremediavelmente marcado por uma dessas experiências pungentes. Presencia mortes, ouve gritos, sente-se perseguido. Suas lembranças são amargas. Vive um misto de sentimentos contraditórios: sente medo, coragem, ódio, desejo de vingança e também esperança. Sonha voltar à sua terra. Se juntarmos a este estado crítico do refugiado a falta de recursos econômicos e de apoio solidário, sua crise tende a se aguçar.

Na Bíblia encontramos várias experiências deste tipo, vivenciadas e sofridas pelo povo de Israel no decorrer de seus diferentes exílios. Detenho-me no Salmo 137 para ver de perto alguns traços da crise que se projeta sobre o refugiado ou exilado e que se deve levar em conta quando se deseja ser solidário com ele.

Escolhi um salmo por parecer-me que a linguagem poética seja um dos melhores meios de expressar as experiências profundas que se vivem.

Torna-se ainda importante notar que a solidariedade da qual eu falo, vai além de dar alimento, roupa, casa, etc.; trata-se aqui de penetrar profundamente no mundo real do exilado-refugiado... E não há de se incluir sentimentos tão freqüentemente esquecidos no nosso mundo racional.

Canto do exilado

À beira dos canais de Babilônia nos sentamos e choramos com saudades de Sião; nos salgueiros que ali estavam penduramos nossas harpas. Lá os que nos exilaram pediam canções, nossos raptos queriam alegria: "Cantai-nos um canto de Sião!" Como poderíamos cantar um canto de Yahweh numa terra estrangeira? Se eu me esqueci de ti, Jerusalém, que me seque a mão direita! Que me cale a língua ao paladar caso eu não me lembre de ti, caso eu não eleve Jerusalém ao topo da minha alegria! Yahweh, relembra o dia de Jerusalém aos filhos de Edom, quando diziam: "Arrasai-a! Arrasai-a até os alicerces!" Ó devastadora filha de Babel, feliz quem devolver a ti o mal que nos fizestes! Feliz quem agarrar e esmagar tuas criancinhas contra a rocha!

(Bíblia de Jerusalém)

O salmo faz alusão ao exílio da Babilônia (597-539). Durante este império houve várias deportações, começando com a mais pobre. No ano 605 saiu de Jerusalém o rei Jeoaquim e alguns da casa real (Coríntios 36,2-7). No ano 597, Joaquim, sua mãe e esposa mais 3 mil princesas, 7.100 homens de poder e 1 mil artesãos (2 Romanos 24,14-16). Com exceção dos mais pobres, o restante da população foi levada ao exílio no ano 586, quando foi arrasada Jerusalém (Jeremias 52,16).

Cinco anos mais tarde um grupo dos que ficaram - os mais pobres - foi deportado por haver se levantado contra o império da Babilônia (Jeremias 52,30). Pela forma tão emotiva pela qual se expressa o Salmo 137, deduz-se que o autor deve ter sido alguém que presenciou os fatos de 585 (a invasão e destruição) e experimentou o exílio. Portanto, o poeta representa os sentimentos do "resto do povo" exilado no ano de 586, ou "dos rebeldes" levados cinco anos mais tarde em 581. Sua experiência no exílio foi extremamente dolorosa - fato inteiramente diverso dos primeiros deportados, os ricos, muitos dos quais optaram por permanecerem em Babilônia.

As imagens que estão na mente do poeta são aterradoras. Em primeiro lugar o seu povo foi reduzido de 250 mil habitantes (no séc.8o.) à metade entre os anos 597-587, incluindo mortos, exilados e pessoas que fugiram para outros lugares. A eterna cidade de Jerusalém, na qual se acreditava morar Yahweh foi destruída assim como também outras cidades importantes (Lashish, Dabir, etc.).

A economia de seu país estava arruinada e o território reduzido. Além disto, é também muito provável que o poeta haja presenciado a crueldade dos caldeus, especialmente em relação às crianças, durante a invasão.

Neste salmo, o poeta exilado experimenta tristeza, nostalgia, humilhação, amor, fidelidade, valor, vingança e ódio. Estas experiências refletem-se em sua crise. Vejamos mais de perto o poema.

Experiência de tristeza

À beira dos canais da Babilônia nos sentamos e choramos com saudades de Sião; nos salgueiros que ali estavam penduramos nossas harpas.

O tempo passado destes versos nos fala de uma lembrança. Os verbos - "estar sentado", "chorar", "recordar", "pendurar as harpas", conotam fracasso e tristeza. O exílio está marcado por uma lembrança amarga e as imagens-margem, canais, intensificam esta tristeza. O leitor entra no poema através "deste vazio" que o poeta sente em sua alma. Entretanto, não só o poeta que escreveu estes versos é afetado por esta situação. São muitos e muitos. Os verbos "estávamos" "sentados", "chorávamos", "recordávamos de Sião", nos indicam que trata-se de um salmo comunitário. Todo o povo exilado, unido entoava este poema amargo.

Já no primeiro verso aparece o motivo da tristeza: a grande Babilônia, próxima, versus a cidade de Sião, terra distante. A primeira, "estranha"; a segunda, terra natal.

O exilado não se deixa iludir pela grandeza do império. Seus rios que incluem os famosos canais de irrigação entre o Eufrates e o Tigre, nem os salgueiros e as margens conseguem impressionar os desterrados. Eles continuam preferindo a pequenina e distante Judá. É por isso que choram e penduram as harpas. Estes versos estão impregnados de nostalgia pela pátria. Porém, não se trata aqui daquela nostalgia que se sente quando se está fora do país por vontade própria. Aqui trata-se da história de desterrados que, pela força, foram arrancados de seu país e de suas origens e, portanto, recordar-se de Sião inclui não somente evocar as alegrias populares e familiares, os belos lugares, os entes queridos e a adoração no templo. Recordar-se de Sião inclui reviver o pesadelo da invasão do 586 a.C. na qual "a eterna" Jerusalém havia sido destruída junto com grande parte de seu povo.

Experiência de violação e impotência

Lá os que nos exilaram pediam canções, nossos raptos queriam alegria: "Cantai-nos um canto de Sião!" Como poderíamos cantar um canto de Yaweh numa terra estrangeira?

Estes versos assinalaram a recordação mais humilhante de sua experiência com os opressores no exílio: a violação da alma. Aqui aparecem os sujeitos causadores da desgraça: os deportadores.

Na Babilônia, os exilados se sentem sós e abandonados inclusive por seu Deus, impotentes frente aos opressores, esmagados na tristeza de viver em terra estranha. E nesta situação, os caldeus lhes pedem que cantem para seu deleite. Esta é uma intervenção brusca. Desrespeita-se totalmente o sentimento do exilado. Porém, não se trata apenas disto. Pedir um cântico de Sião é a pior ofensa que o exilado podia receber. Os cantares de Sião falam de sua grandeza, de sua solidez, de sua eternidade, do Senhor que a protege para sempre, de Deus como refúgio. Porém Jerusalém foi derrubada!

Os deportadores queriam não apenas divertir-se com cânticos folclóricos, mas o que mais queriam era burlar-se do povo de Judá e de seu Deus. Queriam fazer reluzir seu poder frente ao poder dos exilados e do seu Senhor. Nestes momentos, o exilado sente-se impotente diante do opressor. O opressor quer violar-lhe a alma como se viola sexualmente a uma mulher. Quer obrigá-lo a produzir prazer e deleitar o torturador.

Porém, o exilado recusa-se a cantar. Para os hebreus, canto de Yahweh e terra estranha são opositos. Cantar em Babilônia significa infidelidade e adesão à violação. Os exilados preferem guardar para si esses cantos que orgulhosamente cantavam em Jerusalém e afundar-se em sua mais profunda crise de fé, tentando compreender o ministério de Deus.

Aos poucos e cada vez mais, o leitor vai compreendendo a experiência do exilado e sente-se chamado a solidarizar-se e entrar de cheio na cena mais cruel. O poeta tenta envolvê-lo e convencê-lo por meio de interrogações. ("Como podemos cantar um canto de Yahweh em terra estranha?", e de frases diretas dos opressores "Cantai-nos um canto de Sião!").

Experiência da afirmação e compromisso

Se eu me esquecer de ti, Jerusalém, que me seque a mão direita! Que me cole a língua ao paladar caso eu não me lembre de ti, caso eu não eleve Jerusalém ao topo da minha alegria!

Nestes versos o poeta muda de ritmo. O tom melancólico ficou para trás. A humilhação evocada nos versos anteriores provoca nos exilados a necessidade de reafirmar-se e de comprometer-se com sua terra, seu povo, seu Deus. Este tipo de exilado está disposto a dar sua vida antes de trair seu povo, sua cultura e seu Deus. Promete não trocar Jerusalém por Babilônia como fez a maioria dos primeiros deportados (ano 597 a.C.). Estes, por serem ricos e terem poder, ligaram-se aos opressores e puderam adquirir propriedades e fazer negócios para prosperar na grande cidade da Babilônia (Jeremias 29,5ss). Não tiveram a intenção de regressar a seu país, nem sequer quando Ciro, o persa, deu esta oportunidade a todos os judeus.

O exilado, especialmente o pobre que vive em terra estranha, sente a necessidade de afirmar-se, de não perder sua identidade. Mas estes versos abrem possibilidades de entrar a esperança. A crise de fé dos versos anteriores se desfaz. O poeta, através destas palavras soletas, opta por Jerusalém, a devastada e humilhada; talvez o salmista, agora, pense que Deus não pode ser demolido como o fora Jerusalém, nem deixar sem punição a injustiça cometida. Deus está vivo ao lado da pobre Jerusalém devastada e de seu povo pobre e oprimido. Os versos mudam até de número: da primeira pessoa do plural passam a primeira do singular. Isto acontece porque o compromisso e a afirmação de identidade têm que passar também pelas pessoas individualmente.

A palavra **alegria** (v.6) contrasta com chorar e pendurar as harpas (v.2). Nos primeiros versos chorava-se de tristeza e nostalgia por Sião. Neste verso (6) promete-se o contrário: alegrar-se ao extremo pensando em Jerusalém. Nesta atitude de júbilo para com Sião, o exilado mantém sua esperança viva. O leitor também é convidado a participar, a tomar a mesma posição. Sua atitude passa a ser de admiração.

Experiência de ressentimento e de vingança

Yahweh, lembra o dia de Jerusalém aos filhos de Edom, quando diziam: "Arrasai-a! Arrasai-a até os alicerces!"

Nestes versos e nos que se seguem, o poeta revive a experiência de invasão por parte da Babilônia. O exilado deixa ver seu espírito de ressentimento e vingança. Pede a Deus que o defenda e que se vingue dos edomitas. Os edomitas eram os descendentes de Esaú, irmão de Jacob. Era de esperar-se que eles se solidarizassem com seus irmãos de Judá e não se aliassem aos babilônios. Porém, também eles tiveram medo de ser igualmente arrasados e traíram aos de Judá, seus irmãos.

Em várias partes da Bíblia se lhes reclama esta falta de solidariedade e traição. Abdias, por exemplo, culpa-os: "No dia em que estavas presente no dia em que estrangeiros capturavam o seu exército, inimigos entravam por sua porta e lançavam sorte sobre Jerusalém, tu também eras como um deles!" (Abdias 1,11)

Mais adiante ainda diz: "Não entres pela porta do meu povo no dia de sua desgraça! Não olhes também tu, para a sua calamidade no dia de sua desgraça! Não te coloques na encruzilhada para exterminar os seus sobreviventes! Não entregues os seus fugitivos no dia da angústia!" (Abdias 1,13-14)

O leitor atual talvez acompanhe o poeta nestes versos.

Ó devastadora filha de Babel, feliz quem devolver a ti o mal que nos fizeste! Feliz quem agarrar e esmagar tuas criancinhas contra a rocha!

Experiência de ódio e de dor

Estes versos representam o clímax da crise do exilado. O poeta triste e nervoso, explode e deixa correr na boca de seu povo o ódio acumulado contra o opressor. Aqui se unem todas as experiências vistas até agora: amargura, dor, tristeza, impotência, vingança, valor, amor e ódio.

Retoma-se a primeira pessoa do plural: nós. Agora é o povo inteiro que dirige-se a Babilônia para desejar-lhe o mesmo dano que sofreu Judá. Pede para parar por completo este poder devastador do Império. Pede vingança como os mártires do Apocalipse que, degolados debaixo do altar, perguntam:

"Até quando Senhor, Santo e Verdadeiro estarás sem fazer justiça e sem tirar vingança pelo sangue dos habitantes da terra?" (Apocalipse 6,10)

Os últimos versos são horripilantes. O leitor de hoje, que não tenha tido uma experiência semelhante, tende a calar o poeta e distanciar-se do povo exilado, principalmente no último verso, exatamente quando mais transparece sua crise e mais necessidade tem de consolo, solidariedade e esperança, porque são precisamente estas as imagens e lembranças que guardam de seus filhos e que não lhes deixam dormir. Este é o final do poema que todavia não termina. Continua sendo cantado em Guatemala, El Salvador...

Elza Tamez - biblista metodista, nascida no México. Reside atualmente na Costa Rica. É autora de "Carta de Tiago - uma leitura latino-americana" - Imprensa Metodista/Facteol; traduzido pelo Centro de Estudos Bíblicos - Cebi.

ECOLOGIA

CUIDAR DA PRÓPRIA CASA

Lori Altmann

"Kulina vai caçar.
Volta. O sol nasce.
O sol se põe.
Kulina vai ficando velho,
mas a terra não."
Rimaná - Kulina.

O texto bíblico comumente usado para a reflexão sobre ecologia é Gênesis. A criação. Vou fugir um pouco da praxe. Parto do sentido etimológico da palavra. Através dele olho para a Bíblia.

Ecologia chegou até a nossa língua do grego. É entendida como "o estudo das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua adaptação a ele". Eco vem de Oikos e seu leque de significados vai desde casa, lar, domicílio, habitação. Passa por família, descendentes, parentela, habitat, até chegar em povo, nação.

A palavra casa aparece uma infinidade de vezes na Bíblia. O leque de seu significado é tão amplo quanto o acima mencionado. Vamos perseguir um pouco esta palavra e tentar entendê-la.

Casa, na Bíblia, não é só o lugar, mas é também o modo de vida, o sistema. É como as comunidades humanas se organizavam economicamente na época e como ocupavam um determinado espaço físico.

Casa, então, não era só o ambiente doméstico, mas o lugar social. O local e o modo como o povo fazia a sua história, ocupando um espaço e vivendo em sociedade. Não era um conceito estático, mas dinâmico.

A lógica da casa

Do ponto de vista doméstico existe uma relação de afetividade muito forte em relação à casa. Do ponto de vista mais amplo também. Na casa estão as pessoas a quem amamos. É onde organizamos livremente nossa vida, nossos sonhos. É onde podemos ser nós mesmos.

Casa como clã e como nação nos desperta sentimentos de auto-identificação. A consciência da diferença. Aquilo que nos é próprio em relação aos outros.

Casa na Bíblia (ainda)

Encontra-se na Bíblia a palavra casa como moradia, clã, parentela e também como povo, nação. No Antigo Testamento o templo aparece como casa de Deus. Mas a lógica do templo não é a lógica de Deus e de seu povo. É a lógica dominante, isto é, da monarquia. Por isso o templo é contestado como Sua casa. Javé não aceita ficar preso num templo, como denunciam os profetas. Quer ficar em relação com a sua criação, com o seu povo. Em meio a vida.

"Assim diz o Senhor: o céu é o meu trono, a terra o estrado dos meus pés; que casa me edificareis vós? E qual é o lugar do meu repouso? Porque a minha mão fez todas estas cousas, e todas vieram a existir, diz o Senhor, mas o homem para quem olharei é este: o aflito e abatido de espírito, e que tremede da minha palavra" (Is 66,1-2).

Jesus veio derrubar a lógica do templo. Ele afirma que o templo de Deus são os homens. Entre eles destaca os pobres, os oprimidos, as prostitutas... Sua lógica é a lógica dos despossuídos. Ela "não tinha onde reclinar sua cabeça".

Viver em casa alheia ou invadir a casa do outro

Estar dominado, oprimido, no Antigo Testamento, muitas vezes é identificado como "estar em casa alheia", "no exílio" (Ex 13,3), "na casa da servidão" (Dt 6,12 e 8,14; Ex 13,14). Por outro lado, a condição para a autonomia era "estar em sua própria casa". Organizá-la conforme critérios e padrões próprios e não conforme critérios impostos e determinados por outros.

A promessa se cumpre com o acesso a uma "boa terra", onde seja possível estabelecer a própria casa, no sentido mais amplo do termo.

A dominação presente na Bíblia se concretiza quando se invade a casa do outro. A sua forma de vida, a sua organização. Quando se saqueia e se impõe novas regras a partir da "casa" do dominador.

O drama da nossa realidade ecológica

O sistema colonialista europeu agiu exatamente assim em relação aos povos indígenas da América. Invadiu a sua casa, saqueando, matando, escravizando e quebrando toda a ordem ecológica existente. Quebrou o equilíbrio nas relações sociais e nas relações com a natureza. Acabou com uma forma própria de distribuição e reciprocidade. Acabou com um tipo de relação com a natureza, que permitia a auto-regeneração e a renovação. Onde o critério era a manutenção da vida humana e da natureza. Ambos interligados, pois explorava-se a natureza para o uso, para a subsistência, para o necessário, e não para a acumulação. Por que pegar mais do que o necessário, se estavam em sua casa e tudo era de todos?

A visão do dominador, no entanto, é etnocêntrica e fragmentária. Indiscriminada e irresponsável. O seu ponto de partida e de chegada é a sua própria casa. Por isso ele retira da casa do outro, o quanto e enquanto pode, e passa para a sua casa. Mal vê ele que a destruição do outro, mais cedo ou mais tarde, será sua própria destruição. A natureza, o espaço/tempo ecológico é um todo. Não se atinge uma parte, sem atingir o todo. Sem romper a ordem da criação.

O que já ocorreu em outras partes do Brasil se repete hoje no norte. A ocupação da Amazônia nesta década está provocando um verdadeiro desastre ecológico. Não só porque as árvores estão sendo destruídas, os rios e lagos destruídos por mercúrio, o regime de chuvas alterado. Mas, principalmente, porque está se destruindo a vida. Povos únicos, com seu próprio equilíbrio, suas culturas diferentes estão sendo extermínados. Pasmem com o recente massacre no Amazonas!

Esse avanço sobre a Amazônia rompe uma relação amorosa milenar com a terra que garantia uma constância refletida nas palavras poéticas de Rimaná no início deste texto. Rompe a concepção da terra como espaço sagrado (e não é semelhante a visão bíblica?), da sua história, de sua religião, de sua vida. Rompe enfim a sua "casa".

A criação e o seu resgate

A primeira criação relatada em Gênesis, da qual o próprio Deus se alegrou, foi traída. O homem transgrediu os limites do "domínio" a ele conferidos (Gn 1,28), ao exercer domínio sobre outros homens e ao ameaçar a sobrevivência dos homens, com a sua forma de sujeitar o mundo. Esta transgressão perturbou a ordem inicial.

Agora para colocar ordem na casa é preciso garantir que cada povo fique com e na sua própria casa, acabando com toda forma de colonialismo. É preciso combater os maus governantes que servem aos interesses de outra casa.

"Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos!" (Is 10,1-2). E, finalmente, acabar com uma casa dividida. Buscar uma ordem de relações justas e equilibradas. Ou seja, fazer justiça às "viúvas" (Mt 23,14).

Acreditamos que na "Nova Criação", no "Reino de Deus", habitará a justiça. Formar-se-á uma comunidade perfeita e justa. Uma nova ecologia numa "Nova Terra" (2Pe 3,13).

Nesta esperança termino com dois artistas acreanos. Um pintor, Babi, artista da imagem. Outro jornalista, Toinho, artista da palavra.

"Na Amazônia Ocidental de hoje
seus descendentes
(do 1o. homem) vivem
o mais triste momento da existência.
A era da destruição do verde
da instalação do Caos
na anatomia da natureza.
Destroem a fauna
e a flora
e se matam."
(Babi França)

"Acordar nem sempre é estar de acordo. Às vezes, nestes invernos amazônicos, amassando o barro com meus pés pelas estradas enlameadas, acho que Deus está querendo fazer um novo Adão. E quando sinto no quadro e no texto de Babi França aquele sopro antigo que moveu o primeiro homem, chego a perceber uma Grande Ordem por trás da serpente do aparente Caos. Fico quase acordado." (Antônio Alves)

Lori Altmann é pastora da IECLB e mestrandra em Ciências da Religião no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. São Bernardo do Campo (SP). Conviveu durante sete anos entre a nação indígena Kulina, no Alto Purus, Acre.

EDUCAÇÃO ... CAMINHO INACABADO

Jane Falconi Ferreira Vaz

"Então lhe traziam algumas crianças para que as tocasse; mas os discípulos as repreenderam. Jesus, porém, vendo isto, indignou-se e disse-lhes: Deixai vir a mim as crianças e não as impeçais, porque delas é o Reino de Deus." (Mc 10,13-14)

A palavra educação, do latim *educere* significa extrair, tirar, desenvolver. Na história do poder de Roma, a educação foi uma lenta iniciação da criança e do adolescente nas tradições consagradas da cultura. A educação era bem doméstica: a criança começava a aprender em casa com os mais velhos e o objetivo principal desse modo de aprender era justamente a preservação dos valores de seus antepassados. É bastante claro que nessa forma de "educação doméstica" o alvo maior e mais importante era a formação da consciência moral. Em Roma, ao contrário do que ocorria em Atenas e Esparta, os pais prolongavam o poder de socialização, ou seja, o ideal era o modelo da família (dos antepassados) e, em seguida, é que vinha o da comunidade.

A partir dos sete anos a criança ia para o *ludimagister* (loja de ensinos), aos doze estava pronta para freqüentar a escola do *grammaticus* e a partir dos dezesseis chegava à escola do *lector*. Esta educação "criada" pelos romanos copiando a forma dos gregos espalhou-se, com formas de penetração diversas, pela Europa, Ásia e norte da África.

A educação servia para impor a vontade e a visão do mundo dominador. Vale lembrar que Plutarco referiu-se a este poder dizendo que Roma usou a educação para domar os espanhóis e que nem as armas foram capazes de submetê-los totalmente.

Pensando as duas formas - primeira, educação domando, dominando, exercendo o poder; segunda, educação extraíndo do próprio indivíduo o seu potencial, extraíndo dele suas idéias, permitindo manifestações livres de sua criação, imaginação - podemos refletir melhor. O que tem acontecido na questão educacional no Brasil nos deixa sentir a criança sendo "domada" por um processo imposto, por um sistema centralizado de poder que usa o saber e o controle sobre o saber para reforçar a desigualdade entre as pessoas. Ela não existe no sentido de ser uma das formas das pessoas criarem e tornarem comum entre si as idéias e o saber. Saber como um bem mesmo, direito de todos e vida. Lendo Mc 10,13-14 vemos que Jesus enfatiza: "Deixai vir a mim as crianças e não as impeçais, porque delas é o Reino de Deus".

É preciso clareza para essa ação de Jesus. Dizendo isso referindo-se às crianças, ele não estava prestando a elas nenhum favor. Nem por ele ser Jesus e nem por elas serem crianças, no sentido com que muitas vezes são olhadas quase que coitadas e absolutamente inferiores. Ao contrário, a ênfase dada por Jesus à criança era para dizer não à marginalização sofrida por ela, tanto quanto pela mulher, o coxo, o idoso e o estrangeiro. Ele exige que a criança seja respeitada como cidadã, valorizada e reconhecida tanto quanto o homem (adulto masculino) a quem eram dados todos os direitos.

E mais adiante - "porque delas é o Reino de Deus" - o Reino se manifesta e se estabelece entre nós sempre que conseguimos aumentar a nossa prática de justiça, igualdade, liberdade.

Educação: sinal de vida? - Porque delas é a vida - o Reino.

Não vemos a educação ser utilizada para confirmação da vida, quando verificamos que ela tem sido privilégio de poucos e dominação de muitos. Não tem sido utilizada como forma sadia de extraír o potencial real que existe na criança, mas para canalizar este potencial até para "embotar" sua capacidade criativa. E isso vem sendo feito de tal modo que vemos alguns padrões de comportamento sendo postos como sinônimo de educação qualitativa. A criança passa a repetir modelos que, longe de serem fruto de sua criatividade, atendem aos interesses de seus "educandos". Estes passam a ser mentores e executores de um processo pobre, destituído de respeito à criatividade e ao desenvolvimento, enquadrando a criança numa forma onde ela sairá pronta para mostrar aquilo em que a transformaram adaptada, sem visão da prática, sem a ação da troca de conhecimentos, sem consciência crítica.

Falando dessa forma de adaptação, podemos olhar para o programa infantil de maior índice de audiência no país, o "Xou da Xuxa". Com uma produção rica e "fascinante", a que (quem) servem os interesses da "educação ou pedagogia da telinha"? Às crianças são destinados desenhos, histórias e brincadeiras que parecem desconhecer que a criança pensa. É como se houvesse um "bloco de pequenos imbecis" desvalorizados e desqualificados. E de quebra, o prêmio para tantas horas felizes é ser o modelo da própria, com roupas e adereços que também padronizam até o gosto, a preferência. E muitos sonham com aquele mesmo sucesso que poderá ser alcançado pela criança, principalmente, é claro, se ela for branca, de olhos claros e cabelos louros.

Isto para mim é também a marginalização que Jesus condena, porque através desses modelos há um desrespeito à criança, como pessoa integral, com capacidade latente para ser "extraída" e não conduzida. E, o que é pior, conduzida ao fantasioso, ao colorido e alienado mundo. Nada tenho contra os sonhos. Que as crianças sonhem e fantasiem, mas que tenham de concreto boas escolas, alimentação adequada, pelo menos!

"Porque delas é o Reino..." O Reino colocado por Jesus não foi um sonho. Foi promessa concreta. E essa concretização é o alcance de uma forma de vida mais justa, mais igual, plena em recursos aos quais têm direito a criança, a mulher, todos. Nesse Reino não há cidadãos de segunda categoria. É o Reino de vida plena, para todos. Vida concretizada em ação, aqui e agora.

A pedagogia usada por Jesus, tão confirmada em suas parábolas, não nos revela uma imposição ou poder. As parábolas lidam com situações de conflitos, de desafio e cada uma delas exige uma resposta concreta e imediata.

É concreto, é necessário que seja imediato pensar e vivenciar a educação como bem que pertence do mesmo modo a todos e se existe diferente para alguém é especialização para o uso de todos. Ela não é poder. Ela é compromisso entre as pessoas e é preciso que exista também como reforço para a resistência. É preciso a cada momento descobrir mais formas de lutar e de resistir, e fazendo isso estamos criando formas de exercer o saber.

Deixai vir a mim crianças, mulheres, negros, índios. Todos. Cada um trazendo seu saber criativo. Cada um tendo sua própria capacidade de desenvolver, de ensinar, de ser fonte de luta. De ser o conjunto pleno. Não adaptado. Não "civilizado" nos moldes do interesse e do poder.

É preciso aceitar o concreto, a realização agora. Ficar pensando em só "formar o homem do futuro" tem levado os que lidam com a educação a desprezar o ser de hoje, com seus problemas contemporâneos e daí vem quase sempre a educação salvacionista. É preciso extrair da pessoa, permitir que ela comprehenda o mundo em que ele vive com suas contradições, as forças sociais em luta, o desejo de poder que controla as relações entre os indivíduos. É preciso sentir essa realidade para que a criança, o ser, se torne crítico e consciente. E só crítico e consciente ele pode assumir o seu papel.

Podemos sonhar, fazer desses sonhos a nossa utopia. Mas, sabendo que "sonhar" é fazer o acordar, acordados. Não é o sonho falso da telinha. É a certeza dos que têm esperanças.

Na educação há que se fazer muito. Ela não é pronta, acabada. Como também não são prontos nossos caminhos... e "não as impeçais, porque delas é o Reino".

Jane Falconi Ferreira Vaz é pós-graduada em Química, educadora e membro da equipe do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

A BÍBLIA E OS DIREITOS HUMANOS

Genilma Boehler

É indiscutível a presença de homens e mulheres cristãos nas lutas por libertação na América Latina. A dimensão de fé, de luta se dá na redescoberta da Bíblia pelos pobres. Isso porque agora os pobres se descobrem na Bíblia a partir da visão histórica dos conflitos sócio-políticos da caminhada do povo de Deus.

O enfoque que pretendemos dar aos direitos humanos na Bíblia parte da percepção do Deus histórico. Mesmo porque durante muito tempo usou-se a Bíblia, recolhendo dela versículos isolados para legitimar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os textos bíblicos eram complacentes com a carta das Nações Unidas.

Hoje a história dos oprimidos de toda a América Latina obriga-nos a ir mais além. Não existe na Bíblia listas que defendem direitos humanos. Nela existe a defesa explícita do direito do oprimido no desenrolar da história. O direito consiste em fazer vigorar a justiça aos pobres.

Direitos humanos

Qual a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos na realidade latino-americana?

Primeiramente vale lembrar que a declaração enfoca os direitos do homem de modo geral. O oprimido na sua humanidade de carne e osso, com lágrimas, dor, sofrimento, discriminado e humilhado nem sempre é tão considerado. A mulher, vez ou outra, aparece na abstração do ser "alguém".

O atropelo dos direitos das maiorias empobrecidas evidencia-se na problemática concreta, sócio-econômica:

- 1) das diferenças entre classes sociais;
- 2) da violência física para realizar os desejos do capital, para deter o avanço dos movimentos populares e revolucionários;
- 3) do detimento do capital nas mãos de uma minoria;
- 4) do poder nas mãos da burguesia na função de defender somente seus interesses a qualquer custo.

Franz Hinkelammert afirma que "toda democracia atual parte da afirmação dos direitos humanos" ("Democracia, estructura económico-social y formación del mundo mítico religioso" in Cristianismo y Sociedad, 1986, p. 37). A interpretação que se dá a eles passa pelos interesses do sistema vigente.

Há nos países capitalistas a tendência de valorizar o direito individual: a inviolabilidade do indivíduo e sua privacidade, a propriedade e as leis judiciais que beneficiam o indivíduo.

Nas sociedades socialistas destacam-se as possibilidades igualitárias de acesso à educação, trabalho, assistência médica, garantia das necessidades básicas para a sobrevivência.

A grande dificuldade passa pela conflitividade dos direitos humanos na própria declaração das Nações Unidas: "O direito ao trabalho, por exemplo, se encontra em conflito com a vigência irrestrita do direito à propriedade privada. Algo parecido vale para o direito a um salário mínimo digno e, em geral, para todos os direitos humanos chamados sociais. Mas também outros direitos estão em conflito, como o caso da liberdade de expressão e de monopolização, em termos de propriedade privada ou estatal, dos meios de comunicação, ou no caso da garantia da esfera privada e a segurança da vida de outros".

No contexto latino-americano, nossa preocupação prioritária passa pela superação de um sistema que mata e explora. Não dá para manter a imparcialidade frente à alta mortalidade infantil, à fome, à desumanização, à discriminação da mulher, do negro e do índio, ao desespero resultante do desemprego. Frente a todas essas necessidades coletivas diluem-se os direitos individuais. A luta pela defesa dos direitos humanos concretiza-se na história da libertação dos oprimidos. Nela não há lugar para a manobra ideológica da burguesia. Antes ocorre a apropriação dos direitos humanos pelos pobres que deles tomam consciência.

História do povo de Deus e defesa do direito do oprimido

A Bíblia recolhe a memória do povo de Israel. Narra a origem desse povo. Ele articula sua fé a partir de um acontecimento histórico: da escravidão do Egito à libertação; do caminhar para a terra prometida.

Javé é o Deus dos oprimidos, presente na concreticidade de um conflito sócio-político. Javé é Deus que ouve o grito do pobre. Vê e conhece a situação do oprimido. Desce para o meio do povo e propõe uma ação libertadora (Ex 3,7-8).

É curioso que na Bíblia a memória é ponto facultativo para o despertar da consciência do povo (Ex 2,23-24). A consciência emerge do grito na dor. O grito e a memória, os dois juntos provocam a resistência, a recuperação da identidade como povo, a humanização.

No deserto se dá a estruturação das leis mediatizadas pela Aliança com Deus (Ex 19,1-8; 20,1-17). Na lei vigora a possibilidade de um novo modelo de sociedade baseado no direito e na justiça.

Na origem da organização do povo, estava a primeira tentativa de uma sociedade igualitária: as tribos de Israel. A terra não era de um só. Era da coletividade (Js 13-21,45). A economia baseava-se na produtividade da terra e na troca dos bens de consumo entre os grupos. Não havia exército organizado, a não ser o exército popular para defender o bem comum (Jz 4,6-10; 6,33-35); o poder estava descentralizado (Ex 18,27). A sociedade era essencialmente agrícola. A vida garantida sem pobres e explorados era direito de todos(as).

As coisas mudam quando Israel opta pela monarquia. Esta trouxe consigo as transformações no modo de produção e na organização social. Surgem a conquista de cidades (2Sm 5,6-12), a construção de palácios e do templo (1Rs 6,1-10; 7,1-13), a formação de um exército oficial para defender os interesses do Estado, a centralização do poder. As cidades eram muradas e bem defendidas. Os agricultores moravam nas vilas pouco protegidas e estavam obrigados a pagar tributo ao rei. Inicia-se a quebra da igualdade das relações sociais: a opulência das cidades que abrigavam a burguesia em contradição com o empobrecimento do campo. A monarquia torna-se incompatível com o projeto de libertação de Javé. Gradativamente cresce o processo de empobrecimento da maioria do povo que vivia no campo. Nega-se o direito do pobre.

Os profetas surgem neste contexto, como voz de Deus e voz de homens e mulheres, viúvas e órfãos, marginalizados, empobrecidos, sem vez e sem voz. Anunciavam a destruição que viria sobre todo o povo como consequência da riqueza e da dominação. Convidavam todos à conversão para recomeçar o projeto de Deus de liberdade na terra, dos direitos dos mais fracos.

Isaías atuou no século 8º a.C. no Reino de Judá. Era o homem de Jerusalém, centro do poder do Estado. Seus olhos estavam atentos para as coisas que aconteciam no seu país no âmbito interno e externo. Suas palavras proféticas estavam marcadas por circunstâncias políticas, sociais e religiosas bem concretas. Seu discurso girou em torno do direito e da justiça.

Frente à acumulação da riqueza nas mãos de poucos, à exploração, ao empobrecimento do povo, detectou a violação da Aliança, o rejeitar da lei de Javé (Is 5,24). Por isso proferiu palavras de maldição contra os que ajuntavam casa-a-casa e campo-a-campo e ficavam como únicos moradores da terra (Is 5,8); os que promoviam festas e bebedices às custas dos pobres (Is 5,11-17); os que se apegavam à iniquidade e à mentira (Is 5,18-19); os que ao mal chamavam bem e ao bem, mal (Is 5,21); os que eram sábios aos seus próprios olhos (Is 5,22); os que absolviam o ímpio mediante suborno e negavam ao justo a sua justiça (Is 5,23). Deus revela sua santidade através da justiça (Is 5,16), por isso destruirá a riqueza dos ricos, restituindo o direito dos pobres.

Isaías é o exemplo do discurso profético no Antigo Testamento. Outros profetas denunciaram a violência como fruto da ascensão de uns poucos ricos. A quebra da igualdade é contrária ao projeto de Deus. Essa mensagem desemboca no Novo Testamento na proposta de Jesus. Jesus insiste na inauguração do Reino. O Reino será dos pobres (Lc 6,20). O Reino não será simplesmente uma inversão de valores onde os pobres serão ricos e os ricos serão pobres. Sua proposta é de reformulação de valores humanos, de dignidade recuperada, de princípios de justiça, de novo modelo de sociedade (igualitária). A vida deverá prevalecer. Por isso o Reino não coube (e ainda não cabe) nas medidas de velhas estruturas _ políticas, sociais e eclesiásticas _ (Mc 2,21-22).

Conclusão

Na América Latina, a luta não é outra senão a de empenhar-se para que prevaleça a vida e que o direito à ela seja a base para qualquer outro direito. Frente aos poderosos idólatras do dinheiro, dos bens e das coisas, que sacrificam diariamente vidas inumeráveis de filhos de Deus, se faz necessária a resistência e a denúncia. Aprendendo da Bíblia e da vida de homens, mulheres e crianças oprimidas e massacradas, vale a busca do resgate e da legitimidade de seus direitos.

Genilma Boehler é pastora metodista em Belo Horizonte (MG), atualmente cursando pós-graduação em Bíblia na Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção.

JUSTIÇA E JUSTIFICAÇÃO

A DÍVIDA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA

Elsa Tamez

As palavras justiça, fazer justiça, justificar e justificação têm a mesma raiz latina e grega e seus sentidos, embora não totalmente idênticos, estão intimamente relacionados. Estranhamente, ao refletirmos sobre eles, lhes atribuímos um conteúdo cuja relação não se percebe ou é de difícil compreensão. Felizmente, nos últimos anos, as exegeses tendem a relacionar a justificação e a justiça. Neste sentido, Käsemann deu grande contribuição (ver 'La justicia de Dios en Pablo' in -Ensayos exegéticos-, Salamanca, Sigueme, 1977, pp. 263-267, e também Peter Stuhlmacher, -Gerechtigkeit Gottes bei Paulus-, Gottingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1965). Contudo, a tradição é tão forte que este avanço não conseguiu penetrar no comum dos cristãos. Isso é muito perigoso porque se presta a interpretar mal o sentido íntegro daquilo que Paulo tenta expressar a seus contemporâneos.

Parece-me que uma dificuldade teológica na compreensão destes conceitos surge devido ao fato de que a tradição protestante - nascida, desenvolvida e discutida na Europa ocidental, assumida e ampliada pelos Estados Unidos - enfatiza exageradamente em sua teologia o perdão dos pecados e a justificação do ímpio pela fé. Esta abordagem européia, um tanto passiva, complica a compreensão dos conceitos em seu conjunto e gera, inevitavelmente, discussões que, ao meu ver, são despropositadas. Refiro-me, por exemplo, à desgastada e ineficaz polêmica sobre a relação fé e obras.

Os sentidos do texto saem à luz com diferentes ênfases, dependendo de quem lê e do lugar e da época em que se lê. Assim, me parece lógico que nas ricas sociedades ocidentais se enfatize constantemente o perdão dos pecados ou a justificação do pecador diante de Deus, e que a Epístola aos Romanos seja reiteradamente lida no lugar onde as potências fixam os marcos da história ocidental (que tendem a chamar de universal). Lutero e outros reformadores, Wesley e Barth são figuras conhecidas que sofreram o impacto da Carta aos Romanos, e fundaram tradição. Foram pessoas honestíssimas que conseguiram discernir a gravidade do pecado cometido por seus contemporâneos e a necessidade imperiosa, para o ser humano, do perdão e da reconciliação com Deus. Não poderia ser maior o grau de honestidade ao se reconhecerem cúmplices do pecado enquanto seres humanos.

Não é por acaso que Lutero lê a Palavra e denuncia os abusos da Igreja numa época de pilhagem e colonialismo (a conquista da América Latina), nem que Wesley sofre o impacto de Romanos numa época em que a revolução industrial desgraça os camponeses da Inglaterra, ou que Barth escreve seu comentário a Romanos precisamente no fim da 1^a Guerra Mundial, quando a Alemanha é a primeira potência econômica do continente europeu. O resultado do pecado estava bem perto: milhares de mortos inocentes.

Vítimas do ímpio

Assim, pois, a tradição protestante nascida na Europa levanta a sua voz profética para dizer que o ser humano deixa de ser humano quando tenta converter-se no próprio Deus por seus atos (fato comum em situações em que se alcança um alto grau de poder econômico e político). Do mesmo modo, nos Estados Unidos esta mesma tradição se torna relevante no momento em que a hegemonia capitalista passa da Inglaterra para aquele país.

Entretanto, o que pode ser profético para uma época e situação concreta pode não sê-lo para outra. Não ajuda muito as maiorias pobres do Terceiro Mundo o fato de se reconhecerem pecadoras a todo momento e de recorrerem constantemente ao alívio de se sentirem perdoadas; nem lhes é muito útil recordar com afã que o ser humano corre o risco de converter-se em Deus, quando essas maiorias exploradas vivem em condições infra-humanas. Por isso, não é necessariamente a ênfase na justificação do ímpio diante de Deus o que os pobres - vítima do ímpio - desejam ansiosamente, mas, sim, a revelação da justiça de Deus que abrange todas as coisas, inclusive, curiosamente, o amor de Deus pelos produtores do pecado. Portanto, enquanto o fazedor de vítimas precisa recordar seu pecado, sua inferioridade diante de Deus e a alteridade de Deus diante dele, a vítima precisa recordar a graça toda-poderosa, sua

dignidade como filho de Deus e a proximidade e solidariedade de Deus para com ele.

Por outro lado, a ênfase tradicional no tema da justificação pela fé me parece que deve ser reestruturada. Vejo uma contradição evangélica profunda entre a realidade atual e a ênfase na justificação pela fé - não pelas obras. O sistema econômico internacional, cujo controle está em mãos dos ricos centros norte-ocidentais, piora cada vez mais (e inevitavelmente) para os países pobres do Terceiro Mundo. Parece que não deu o resultado esperado a marcante e necessária mensagem contra os méritos pessoais para evitar o perigo de quererem ser deuses. Além disso, uma necessidade aberrante de sentir-se perdoado diante de Deus torna-se suspeita em nosso atual contexto. Em síntese: a afirmação de que Deus nos salva pela graça é verdadeira mas insuficiente para enfrentarmos a realidade atual em que vivemos.

Nosso tempo requer uma nova leitura da Carta aos Romanos: uma leitura militante que, para alguns, desemboca num convite para transformar a realidade atual; para outros, desemboca, pelo menos, em uma crise existencial.

A dívida externa do Terceiro Mundo, especialmente da América Latina, é o elemento visível que nos permite verificar a irracionalidade do sistema econômico atual, ou, em termos teológicos: a lógica do pecado, expressada nos dois primeiros capítulos de Romanos.

Embora não me caiba analisar o fenômeno da dívida externa, quero chamar a atenção para o fato - já verificado por economistas do Terceiro Mundo - de que a dívida externa da América Latina mostra uma lógica não só injusta, como irracional, do sistema financeiro internacional. Vou me basear, de modo bem simples, no resultado das análises do economista Franz Hinkelammert em seu livro -*La deuda externa de América Latina*- (San José, DEI, 1988, pp. 11-65).

A dívida, enquanto fictícia e impagável, desvela a verdade da injustiça e a necessidade de se instaurar outra ordem econômica. Este fato nos leva a ler a Carta aos Romanos de outra maneira, privilegiando a perspectiva dos pobres.

Releitura da justiça de Deus em Romanos

São Paulo escreve sobre o tema da justiça de Deus e da justificação, não impelido simplesmente por idéias teológicas em conflito (judeus e gregos), mas sobretudo motivado por um contexto de opressão e exploração extrema. Ele teve que ser testemunha das consequências da invasão do Império Romano nas províncias da periferia e do poder do império, cuja lógica parecia indestrutível.

Paulo teve que sofrer o impacto da proliferação de pobres que deambulavam nas cidades num momento de auge econômico; da abundância de riqueza obtida por Roma através dos diversos tipos de impostos e taxas (em dinheiro ou em espécie) e do excedente do trabalho escravo agrícola e mineiro; da presença temerária de soldados romanos encarregados de manter a ordem, e da presença humilhante de administradores romanos em muitas das províncias, dirigindo o destino desses povos. Todos os economistas que analisam o Império Romano e mencionam o progresso econômico se vêem obrigados a incluir os contrastes gerados pela urbanização entre pobres e ricos.

O próprio Paulo foi também vítima da política econômica e social do império. Sob essa lógica desigual, coube a ele ser um desses artesãos independentes que nunca vão bem nos negócios, mesmo que trabalhem noite e dia, porque não pertencem à -familiae Caesari- ou a outra família poderosa, dona das grandes oficinas. As investigações atuais põem em questão o fato de Paulo ter tido cidadania romana, pois só a tinha a seleta aristocracia da província (W. Stegemann, "War der Apostel Paulus ein romischer Bürger?" in -Zeitschr. f. d. Neuest. Wiss.-, 78 Band, 1987). De acordo com suas próprias cartas, foi açoitado, encarcerado várias vezes, perseguido. Isto por falar de outro Senhor que não César e, o que era pior aos olhos do império, por tratar-se de um galileu que os próprios romanos haviam crucificado. Isso equivalia a venerar um opositor à ordem romana. Segundo a tradição, Paulo foi sentenciado à morte por ordem do imperador Nero.

Tudo isso deve ter gerado em Paulo a visão da revelação de Deus naquele -kairos-. Era o momento propício da revelação. Tratava-se da revelação da ira e da compaixão de Deus, em outras palavras, da sua justiça. É no evangelho - que para Paulo é uma força que liberta todo aquele que crê - que se revela a justiça de Deus (1,16), isto é, o juízo e o amor.

Inversão de valores

A ordem presente de Paulo provoca a revelação da ira de Deus. Diz Paulo: "A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça" (Rm 1,18). Pois a verdade da civilização e o progresso da dinastia de Augusto nada mais eram senão o produto do interesse imperialista e da superexploração; a verdade da -pax- romana era apenas a sufocação de qualquer tentativa de libertação; a verdade da dignidade não passava de discriminação aberrante entre o que mais tarde se legislou como -dignitas- e -humilioris- (cfme. Alföldy, -Römische Socialgeschichte-, Franz Steiner Verlag, GMBH, Weisbaden, 1975, p. 94). Em outras palavras, a verdade passou a ser mentira, e a mentira verdade.

Aos olhos de Paulo, os homens do seu tempo inverteram os valores. A isso se refere quando expressa: "... não o glorificaram como Deus, (...) antes se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, (...) mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível, (...) mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura, em lugar do Criador" (1,21.23.25). Por isso se desencadeou um sistema cuja lógica se tornou inumana, pois repleta de injustiça, e que resultou na morte de milhares de vítimas inocentes. Para Paulo, são indesculpáveis aqueles que praticam tais coisas pois, embora sabendo que o veredicto é a morte, não só as praticam como também aprovam os que assim procedem (1,32).

Para Paulo, tampouco tinham desculpa os que acreditavam deter a verdade ao cumprir a lei boa, justa e santa. Era tamanho o poder do pecado que precisamente se serviu dela não apenas para incitar à cobiça, mas também para aprisionar mais a verdade na injustiça, pois o resultado das ações, cumprindo ou não cumprindo a lei, era o mesmo: roubos e assassinatos; mortes de inocentes (cfme. 2,1-24; 7,7-13).

Nova era

Neste beco sem saída para os pobres, vítimas do sistema imperial romano, é que Paulo consegue discernir os sinais dos tempos. A realidade é que não havia saída. Para Paulo, não havia ninguém capaz de combater este pecado fazendo justiça; nem um sequer (3,10-18). Era impossível distinguir onde estava a verdade, pois a inversão de valores a tinha aprisionado na injustiça. A única possibilidade vislumbrada por Paulo é a intervenção histórica da justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos profetas (3,21). Trata-se de uma justiça que surge da misericórdia de Deus pelos pobres, principais vítimas do pecado, manifestação concreta da gravidade de tal pecado. Trata-se de uma justiça que tem por finalidade romper com a lógica e o senhorio do pecado, inaugurando uma nova era iniciada com o senhorio de Jesus Cristo, o irmão primogênito de uma nova irmandade (cfme. Ernest Käsemann, -Commentary on Romans-, Michigan, Wm. B. Eerdmans, 1980).

Para Paulo, repetimos, ninguém tinha suficiente poder para fazer justiça a estes pobres, ninguém, sem exceção, judeus com lei santa e pagãos, todo o mundo devia calar-se igualmente diante destes fatos e submeter-se ao juízo de Deus (3,19). As obras da lei não tornavam justo o judeu, pelo contrário, o que a lei fazia era passar por justo, diante dos outros, o responsável pelas injustiças cometidas.

Era pois necessário invocar outro tipo de justiça, uma justiça que revolucionasse essa ordem na qual reinava o pecado, a morte e a mentira, e estabelecesse outro onde reinasse a justiça, a vida e a verdade. Para isso eram necessários um homem e uma mulher novos, cujos atos justos não fossem exigidos pela lei, mas que brotassem gratuita, espontânea e incondicionalmente do coração, motivados pelo simples amor ao outro: Deus e o próximo.

Dom de Deus

Esta maneira de ser justo ou de fazer justiça não se podia, segundo Paulo, alcançar pelos méritos pessoais. Se assim fosse, deixaria então de ser espontânea e incondicional. Somente pela graça de Deus se poderia obter esta maneira de ser justo, era um dom de Deus, aceito unicamente pela fé n'Aquele que tem o poder de ressuscitar os mortos.

Pelo fato de ser um dom outorgado simplesmente pela graça e recebido pela fé, entrava numa esfera de libertação e de maturidade plena que excluía o interesse pessoal e os condicionamentos escravizantes da sociedade. Juan Luis Segundo vê nesta maturidade humana "essa liberdade na fé que lança o homem numa atividade criadora - sem cálculos nem entraves - no amor a seus irmãos" (-El hombre de hoy ante Jesús de Nazareth - Sinópticos y Pablo-, Madrid, Cristiandad, 1982, II/1, p. 445s).

Paulo percebeu este dom na ação redentora do próprio Filho de Deus, Jesus Cristo (3,24). Deus, por amor aos pobres, solidarizou-se com eles por meio de seu Filho que resgatou as vítimas tornando-se vítima, até assumir o martírio heróico da cruz. A garantia da eficácia deste dom estava em crer que Deus levantou Jesus dos mortos. Ao receber este dom pela fé, as tendências e ações dos seres humanos eram motivadas e guiadas pelo Espírito de Cristo que, junto com o Espírito do ser humano, chamava e reconhecia Deus como Pai (8,15-16). Os seres humanos, enquanto filhos de um só Pai, projetavam-se para uma nova irmandade.

Até aqui, esta breve leitura paulina.

Conclusão

Não podemos repetir o que disse Paulo no primeiro século. Nossa realidade é outra. Contudo, quatro elementos da leitura nos podem ser úteis para a obediência da nossa fé, hoje.

A atual ordem econômica internacional desenvolve uma lógica injusta irreversível. Nós, os cristãos, podemos ver nela a dimensão profunda do pecado pelas mortes que produz.

Por mais que se tenha bom coração e boas intenções, por maior que seja o número de cristãos que se convoque ou que dêem adesão à Igreja, a lógica do pecado continuará seu caminho que leva à morte de milhares de inocentes, cujo sangue clama a justiça de Deus: juízo e misericórdia. Nas palavras de Hinkelammert, "se existe uma dívida impagável, não é por motivo do comportamento irresponsável de alguns nem por má intenção da parte dos países do centro; o próprio sistema das relações internacionais é que a produziu".

O tempo propício do agora clama a justiça de Deus. Esta justiça é estranha pois, em lugar de ser misericórdia para os pobres e veredito de morte para os opressores, Deus propõe, a partir do evento da cruz e da ressurreição de Jesus, que transformemos esta realidade de pecado. Por amor dos pobres enquanto pobres, Deus justifica os fazedores de pobres para que todos os seres humanos, sem exceção, participem da transformação da sociedade. Torna-se imprescindível extrair da corrupção esta criação inteira que sofre e que espera a revelação dos filhos de Deus (8,19).

Portanto, na revelação da justiça de Deus encontramos um único ato: Deus, em Jesus Cristo, propõe que aceitemos pela fé o dom de sermos transformados em sujeitos que fazem justiça. Isto implica, como consequência lógica, que já não contam os pecados cometidos no passado e que provocaram a revelação da ira de Deus. A ênfase, hoje, deve ser posta na aceitação do dom e não do pecado. Esta é a boa nova para todos os seres humanos porquanto, se acolhermos este dom da justiça com a força da fé, não haverá mais condenação, não apenas da parte de Deus (Rm 8,1), como de nenhum sistema econômico (8,34-39). Deus justificou em Cristo Jesus.

Breve, a única saída eficaz para pôr fim aos sacrifícios de inocentes ocasionados atualmente será a transformação da atual ordem econômica em uma nova, cujo princípio seja o direito à vida de todos os seres humanos, sem exceção. Esta é a proposta que Deus nos faz se acolhemos o dom de sua justiça. A força da fé, que em Jesus Cristo somos herdeiros e co-herdeiros de uma nova vida, nos anima a crer que este mundo pode ser transformado.

Elsa Tamez, bíblica, reside na Costa Rica. Autora de -A Bíblia dos oprimidos- (Paulinas) e -A Carta de Tiago numa releitura latino-americana- (Imprensa Metodista).